

Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida

ou como os discursos jornalísticos “escreveram” a história do movimento do Contestado

Karina Janz Woitowicz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

WOITOWICZ, KJ. Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida: ou como os discursos jornalísticos “escreveram” a história do movimento do Contestado. In: *Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916)* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 259-303. ISBN 978-85-7798-212-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida

Ou como os discursos jornalísticos “escreveram” a
história do movimento do Contestado

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres: Trouxeste a chave?*
Carlos Drummond de Andrade

Ao longo dos capítulos anteriores, discutimos diferentes temáticas trabalhadas pela imprensa para produzir sentidos em torno de questões como a representação do sertanejo, o nacionalismo, a religiosidade, aspectos sociais e a questão de limites. Nesta última parte do livro, atentaremos especificamente para o modo como o jornalismo produziu e difundiu os acontecimentos do Contestado, utilizando-se de diversas formas de “contar” a realidade.

Entre registros oficiais baseados, em sua maioria, em relatórios das forças armadas, tensões e posicionamentos projetados pelo *Diário da Tarde* e referências produzidas pela tematização da imprensa na imprensa (ou seja, pela utilização de um discurso veiculado em outro periódico para negar ou afirmar determinada perspectiva), os sentidos vão sendo moldados e colocados em questão para possibilitar uma determinada leitura da realidade, ou melhor, um tipo de escrita para a história da Guerra do Contestado. Ao tomar os jornais como construtores de discursos sociais, procuraremos mostrar como se estabelece a relação entre o acontecimento e a discursivização do real no trabalho periodístico, procurando apreender nos processos comunicacionais a mediação e a mediação de fatos e opiniões.

Lembramos que esta abordagem dos discursos jornalísticos não implica na aceitação da ideia de que a imprensa estaria agindo de modo absolutamente consensual, ignorando as contradições que se manifestam em meio aos interesses e poderes que disputam sentidos no espaço simbólico do jornal. Trata-se, ao contrário, da busca de regularidades que permitem

compreender o processo de instituição dos acontecimentos como base para a constituição de uma “verdade histórica”. Em outros termos, observando determinadas lógicas de produção jornalística da época, torna-se possível perceber o que os textos jornalísticos representaram em termos de “registro” da realidade.

Para realizar uma análise de textos veiculados na imprensa paranaense, tomaremos algumas noções sobre o jornalismo¹ e a construção da realidade cotidiana, a fim de investigar de que maneira a Guerra do Contestado é tratada e polemizada pelos jornais. Trata-se, assim, de considerar o trabalho com as notícias como parte de um processo de instituição de veracidade aos acontecimentos, marcado por interferências da empresa jornalística, do contexto específico em que uma notícia atua e dos poderes que orientam tal atuação.

Nesta parte do livro, portanto, serão observadas basicamente três formas distintas pelas quais o jornal registra os acontecimentos do Contestado, inserindo-os na história da revolta. Pela produção de relatos e informes de guerra, do posicionamento do próprio jornal sobre os encaminhamentos do conflito e do debate promovido na/pela imprensa em torno de questões e versões diversas, procuraremos investigar o papel desempenhado pelo jornal na construção da realidade histórica, percorrendo algumas marcas dos textos jornalísticos que manifestam a dimensão constitutiva das práticas discursivas.

A proposta deste percurso, centrado nos processos midiáticos que consolidaram a história da Guerra do Contestado, não é traçar linearmente as batalhas travadas durante a revolta, de modo a reconstruir cronologicamente os principais marcos do episódio, como exigiria um estudo voltado para uma leitura histórica. Ao contrário, diz respeito à observação de que, ao informar e emitir opinião direta ou indiretamente sobre determinada situação, o jornal está produzindo um acontecimento e, portanto, construindo história. Nessa perspectiva, foram selecionados momentos relevantes da revolta pelo modo como são tematizados pelo jornal, servindo como base para compreender o processo de produção das notícias.

1. Estão sendo considerados nesta parte da pesquisa os estudos de Nelson Traquina e Miquel Rodrigo Alsina, em suas abordagens sobre o funcionamento e o processo produtivo dos media noticiosos. Mesmo levando em conta a “atualidade” do tema, partimos da certeza de que tal abordagem também é válida e fundamental para a análise da imprensa do início do século XX.

A ideia é focalizar os processos de inscrição dos acontecimentos pela atividade jornalística, buscando refletir sobre o modo como se instituem determinados sentidos na estruturação simbólica que faz de um discurso um fragmento da história.

Entre registros e “estórias”, as construções do conflito sertanejo

A partir de um estilo singular de produção jornalística vigente no início do século XX, a história do Contestado vai sendo escrita, difundida e repercutida, oferecendo à sociedade registros de um tempo. Estes registros, porém, não podem ser observados como recortes da realidade imortalizados no papel... afinal, são resultado de um trabalho discursivo que estabelece inegáveis relações com determinadas forças, poderes e intencionalidades do universo social.

Por isso, partiremos do princípio básico de que os jornalistas, ao transformarem fatos em notícias e notícias em acontecimentos, são agentes na construção da realidade.² Pois é por meio da imprensa que se determinam quais os acontecimentos com direito à existência pública e se definem os significados dos acontecimentos. De acordo com Miquel Rodrigo Alsina, dentro da perspectiva da construção social da realidade, a notícia constitui um tipo especial de realidade; é a realidade pública: “Los periodistas son, como todas las personas, constructores de la realidad de su entorno. Pero además dan forma de narración a esta realidad y, difundiéndola, la convierten en una realidad pública.” (1989, p.15).

Tentaremos observar, nos discursos referentes às ações e os combates da Guerra do Contestado, como o *Diário da Tarde* atua na construção dos acontecimentos, assim como as vozes predominantes que se fazem

2. Este tipo de discussão, se transposta para a atualidade, acabaria se pautando basicamente na questão da objetividade jornalística. Sabe-se que se trata de um elemento chave para compreender a ideologia que sustenta o modelo liberal de imprensa, que assumiu maior relevância a partir da década 1950, sofrendo algumas modificações ao longo dos anos. Não entraremos neste debate justamente pelo fato de a objetividade não estar presente enquanto um requisito ao modo de se fazer jornalismo no período da Guerra do Contestado, quando a informação era associada à opinião sem muitos disfarces, e a cobrança de uma “imparcialidade” no tratamento das notícias praticamente inexistia. Por isso, interessa, aqui, apenas considerar o papel do jornalista na produção da realidade, tendo em vista a articulação de estruturas objetivas e subjetivas que orientam sua atividade.

ouvir nestes “registros” do real. Pois, se o poder do jornalismo está não só em seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras – conforme avalia Nelson Traquina – mas fornecer as formas nas quais as declarações aparecem, é possível apreender por meio da análise dos discursos jornalísticos o modo como se legitimam os sentidos e as verdades históricas.

Adriano Duarte Rodrigues, no artigo “O Acontecimento”, refere-se ao papel dos media em conferir notoriedade pública aos acontecimentos pelos atos enunciativos como “uma ordem ditada em função das dimensões associativas do querer-dizer, do saber-dizer e poder-dizer” (TRAQUINA, 1995, p.30). Trata-se da articulação entre o mundo simbólico e o mundo real na qual, nas palavras do autor, o discurso é feito ação e a ação é feita discurso.

Seguindo esta perspectiva, pode-se dizer que, ao existirem, as notícias são acontecimentos que produzem um novo estado de coisas, ou seja, comportam estratégias de criação da realidade. Portanto, uma abordagem dos discursos mediáticos da Guerra do Contestado procura não a realidade, mas as marcas que são subjacentes às estratégias de criação de uma realidade em vez de uma outra. Trataremos, dentro deste enfoque, o jornalismo não como um registro neutro – embora por seus enunciados seja possível recuperar os fatos, momentos e tensões de um determinado momento –, mas como uma forma singular de produção da vida e da história cotidiana.

Entre os vários modos ou estratégias de construção das notícias, analisaremos inicialmente as vozes “autorizadas” a emitir informações e opiniões no espaço do jornal, compreendendo assim as formas de “registro” dos acontecimentos pelo elemento testemunhal. Conforme se verificou no capítulo sobre o nacionalismo nos discursos da Guerra do Contestado, são as falas “oficiais”, constituídas por representantes das forças armadas, que atuam neste episódio como informantes sobre os fatos, ou servindo de fonte para a afirmação de verdades.

É baseando-se nestas informações que o jornal registra os episódios da guerra, as estratégias de combate, as baixas e os detalhes das operações, atuando na inscrição dos acontecimentos na vida social. O comunicado que segue, emitido por Vieira Cavalcanti, demonstra o papel do jornal na mediação das informações, assim como os modos pelos quais o jornal, ao noticiar, figura como agente do processo de construção cotidiana da história.

Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida

Comunico que às 11 horas da noite de ontem soube que às 6 horas da manhã feriu-se na estrada do Faxinal Irany terrível combate entre as forças que para ali haviam seguido sob o comando do coronel João Gualberto e cerca de 400 fanáticos bem armados e em grande parte bem montados.

A carnificina foi horrível, ficando mortos entre os nossos Gualberto, os alferes Libindo e Sarmento e sem notícias do capitão Miranda e o tenente Júlio Xavier. Afirmam comissário Nascimento e sua praça, os únicos que até aqui chegaram, que o tenente Busse e o alferes Adolpho Guimarães conseguiram salvar-se, porém, até agora não temos notícias de seu paradeiro. Por parte dos fanáticos também foi grande a mortandade. Todas as armas levadas, cerca de 6 mil cartuchos e uma das nossas metralhadoras ficaram em poder dos fanáticos. A companhia de guerra, que ontem seguiu destino campo Irani, ainda não voltou a esta cidade. Receia-se que os fanáticos demandem para outras localidades. (23/10/1912)

Este tipo de relato, que reúne informes oficiais e expectativas em torno do desfecho dos combates (principalmente no que diz respeito às notícias que o jornal assume como referentes ao “nosso” lado), é comum nas páginas do jornal do primeiro ao último conflito, variando apenas as fontes que atuam na divulgação das informações. Interessante notar que é na repetição das notícias, trabalhadas por um enfoque mais opinativo e, por vezes, dramático, que os fatos da guerra assumem maior repercussão no jornal. É o caso do texto que segue, que volta a falar sobre o combate do Irani, sob o ângulo específico dos reflexos do conflito no lugar, a partir de um telegrama recebido de Palmas.

O combate de Irani foi uma refrega tremenda tentada desesperadamente pelos nossos soldados, que sucumbindo ao ardor da luta fizeram também tombar dezenas dos que sobre eles furiosamente se arremessaram. Agora, como no-lo diz o telegrama, o campo da luta apresenta aquele aspecto desolador e dantesco de carnes podres e entregues à voracidade dos animais.

Despacho de Palmas, dia 5: A força que entrou em ação contra os fanáticos era composta de 35 homens de infantaria, inclusive 3 sargentos e 2 corneiros e mais 20 homens de cavalaria, inclusive dois sargentos.

O lugar apresenta um aspecto verdadeiramente horrível. Há ali um fétido enorme provocado por mais de 40 cadáveres em estado de putrefação,

sendo esse sentido a grande distância. [...] Viajantes que passavam no Irani dizem que viram varas de porcos semi-selvagens estraçalhando os cadáveres e devorando-os. A metralhadora trazida para esta finalidade e que havia ficado no Irani tem sinais de haver sido atingida por balas de grosso calibre. (05/11/1912)

Ao relatar um acontecimento, o jornal produz, além deste acontecimento, uma nova leitura que se integra a ele. Assim, além de tornar público o episódio do primeiro combate do Contestado, o *Diário da Tarde* faz transparecer o caráter de destruição inerente à revolta, transformando o aspecto “desolador e dantesco” do local em um novo fato que compõe a história da guerra escrita pelo periódico ao contar uma “estória”³. Nesta perspectiva, Adriano Duarte Rodrigues analisa que:

Cada relato objetivo e cada registro factual comporta subjacente um ou mais juízos de valor e uma ou mais prescrições, comporta valores ditados pela relação dos interlocutores em função da relação respectiva aos fatos relatados, comporta prescrições ditadas à maneira como os fatos devem ser constatados e à forma como devem ser expostos. (TRAQUINA, 1995, p.32).

Sob a perspectiva de Rodrigues, a noticiabilidade dos acontecimentos não está contida em seus traços “objetivos”. Para o autor, ao relatar um acontecimento, os media, além do acontecimento relatado, “produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo”. (TRAQUINA, 1995, p. 31). Este enfoque permite considerar os discursos jornalísticos como produtores de uma realidade singular pelo que dizem e pelo fato de dizerem. Ou seja, entre o registro de um evento e seus sentidos latentes, o jornal realiza uma série de processualidades que envolvem as formas de produção jornalística e as forças que nela atuam, agindo na esfera pública da sociedade.

3. Como escreve Gaye Tuchman, no artigo “Contando ‘estórias’”, “dizer que as notícias são ‘estórias’ não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade seletiva do que uma realidade sintética, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente.” (TRAQUINA, 1995, p.262)

Por este viés, é interessante constatar o caráter de “oficialidade” com que os fatos preenchem as páginas do *Diário da Tarde*.⁴ A princípio como meros informes contendo os encaminhamentos das forças armadas, tais notícias servem de suporte para novas falas, acontecimentos e registros. Assim, remodelando estruturas objetivas e subjetivas, o trabalho da imprensa põe em cena atores direta ou indiretamente ligados às forças consideradas “hegemônicas”, articulando versões e sentidos para a história consensualmente aceitos.

No texto que segue – que, assim como vários outros, não apresenta o compromisso de mencionar a origem das informações, limitando-se a reproduzir, aparentemente, o conteúdo que chega ao jornal⁵ –, percebe-se que, para além da informação propriamente dita, são os complementos textuais que angulam a notícia, estabelecendo uma atribuição de valores que garante a legitimidade da mobilização das tropas. Assim, é o tratamento dispensado às especulações (resultantes de uma afirmação testemunhal) em torno dos sertanejos que contribui para a (in)compreensão do “outro lado”, representado pelos fiéis de José Maria.⁶

Desde ontem se achavam de prontidão uma companhia do 4º Regimento de Infantaria, sob o comando do capitão Galdino Tavares, e seção de

-
4. Por oficialidade estamos tratando o atrelamento do jornal às vozes que representam o poder hegemônico, e o efeito de inegável parcialidade no registro das informações daí decorrente.
 5. É interessante observar que, embora na maioria das vezes o jornal não divulgue as fontes de informação utilizadas (sendo estas referidas apenas como telegramas ou despachos ao periódico), pode-se constatar, pelo conteúdo dos textos, que se tratam de vozes que confirmam e legitimam as versões oficiais dos acontecimentos, seja produzindo especulações sobre o andamento do conflito ou fazendo prevalecer determinados ângulos em detrimento de outros na narração dos fatos.
 6. Sob este mesmo ângulo, que nega a voz aos sertanejos e informa “sobre” eles por meio de terceiros, o *Diário da Tarde* apresenta as seguintes especulações, registradas por um correspondente de Três Barras que garante que “simples boatos ou informes verdadeiros, as notícias são de molde a nós por sobreaviso”:
“Sei de fonte limpa que no lugar Taquarussu, do município de Curitiba, acha-se reunido um bando de fanáticos, composto de 250 indivíduos, sob o comando do fanático Euzébio Ferreira. Esses indivíduos, que se acham bem armados e municiados recebem instrução e fazem exercício de guerra, diariamente, sob a direção de Euzébio. Estão bem montados. Dizem notícias, procedentes do sertão, que no dia 1º de janeiro próximo, os fanáticos pretendem reunir-se com mais 50 que se acham em casa de Conrado Grob, no Timbozinho, e assim, formando um bando de 300 homens invadir e apossar-se do distrito paranaense do Timbó.” (19/12/1913)

metralhadoras desta guarnição. O embarque dessas forças realizou-se hoje, às 2 horas da tarde, em trem especial.

Pessoa ontem chegada de Canoinhas nos informa que o bando de Taquarussu compõe-se de 250 homens, sob o mando de Euzébio Ferreira, que se diz sucessor do “monge” José Maria. Esses homens acham-se todos armados a winchester. Euzébio Ferreira possui uma fazendola no Timbó e parece dirigir-se para esta localidade. O mesmo chefe bandoleiro intimou a Praxedes Gomes, que fez parte da incursão do Irani, para acompanhá-lo, mas este recusou-se, fugindo e indo prevenir ao coronel Albuquerque do que havia. Dois pretos que não quiseram fazer parte do ajuntamento foram condenados à morte e, depois de batizados, iam ser executados, quando intervieram pessoas em seu favor, sendo perdoados. (16/12/1913)

Quando referem-se à preparação e ao resultado das investidas do exército e da polícia, os discursos jornalísticos tornam ainda mais evidente o caráter de oficialidade das falas e representações referentes ao Contestado. Enquanto costuma-se enaltecer a “ação enérgica” das forças no sentido de garantir a ordem pública, a característica de “humanidade” das autoridades responsáveis pelas operações também aparece em meios aos informes de guerra, conforme sugere o seguinte texto:

Marcharam ontem, em direção a Taquarussu, as forças sob o comando do capitão Espiridião e do capitão Euclides de Castro e que se achavam respectivamente em Campos Novos e Curitiba. Com a força do regimento de segurança seguiu o desembargador chefe de polícia. Essas forças marcharam em perfeita ordem e nas melhores disposições. Hoje, deve chegar de Caçador a força sob o comando do capitão Adalberto de Menezes, a qual dispõe de uma seção de metralhadoras. É provável que na manhã de sexta-feira próxima as forças se achem em frente ao reduto de fanáticos. As forças estão empregando todos os esforços para dispersar os fanáticos sem derramamento de sangue.

[...] O digno e honrado general Abreu nos lembrou que o efeito das metralhadoras é devastador e que, por isso, sabendo da existência de mulheres e crianças entre os fanáticos, recomendou que usassem desse recurso somente em caso de inevitável agressão, pois às autoridades cumpre agir com humanidade. (28/12/1913)

Percebe-se, por este texto, as vozes consideradas “oficiais” que predominam na divulgação dos episódios do Contestado, oferecendo elementos simbólicos já angulados em meio à tematização da guerra. Pois o jornalismo, enquanto uma expressão das relações sociais, faz viver e conviver sentidos e opiniões, relatos e estórias, construindo ativamente mundos cognitivos e não se limitando a refletir ou registrar uma realidade pré-existente; para além da informação, é inegável o conteúdo simbólico presente nos discursos, responsáveis pela atribuição de sentidos aos acontecimentos do mundo social.

Pode-se observar, a partir destas considerações, os elementos que compõem a descrição do combate de Taquarussu⁷ como algo mais do que simples registro de uma campanha militar, reproduzindo o seguinte telegrama de Florianópolis publicado no jornal *O Estado de São Paulo* (em 31/12/1913) e no *Diário da Tarde*, alguns dias depois:

Sobre o combate do capitão Adalberto de Meneses, que opera com as forças às ordens do chefe de polícia deste Estado, ao bando de fanáticos, consegui saber o seguinte: Após penosa marcha, chegaram a Taquarussu às 2 horas da tarde do dia 30 do corrente, a força do exército e a força da polícia. Esta que fazia o serviço de exploração encontrou no seu flanco direito a trincheira guarnecida dos fanáticos, estabelecendo logo com este cerrado tiroteio, perdendo a polícia um homem.

Em risco de ser envolvida, a polícia teve que recuar sobre a vanguarda do capitão Adalberto, estabelecendo-se aí uma certa confusão na linha. Os fanáticos aproveitaram essa ocasião para fazer disparos sobre vários pontos da coluna. Restabelecida a calma, entrou em seção a metralhadora. Logo que esta começou a funcionar rompeu fogo cerrado do reduto dos fanáticos que procuravam de preferência alvejar a respectiva guarnição da metralhadora, ferindo, sucessivamente, um sargento e duas praças. Postada a segunda metralhadora, sob o comando do tenente Peixoto, alvejou ela a casa de Praxedes Gomes, cujos danos se supõem serem grandes, visto perceberem as forças legais corridas de homens e mulheres e grande gritaria. (03/01/1914)

7. Em Taquarussu, que se tornou uma “cidade santa”, reuniram-se centenas de pessoas em torno da vidente Teodora, neta de Euzébio, que recebia instruções de José Maria. O reduto representou o início da reorganização dos sertanejos em busca de uma vida comunitária.

O que chama a atenção em relatos como este é justamente a parcialidade com que os fatos são narrados e ganham existência pública. À primeira vista simplesmente informativa, esta descrição do combate de Taquarussu revela, juntamente com as operações e táticas de guerra, o modo como a história é tecida cotidianamente, seja pela inserção, seja pela ocultação de personagens e atores. Afinal, ao “eleger” um dos lados envolvidos no conflito para “contar” a realidade, acaba-se, conseqüentemente, excluindo os resistentes do Contestado do processo de “escrita” do movimento na/pela imprensa. Quantas foram as baixas sofridas pelos sertanejos? De que armas dispunham para enfrentar tiros de metralhadora? O que representou, para eles, este combate específico? Perguntas como esta se reduzem a mera especulação, diante da absoluta impossibilidade de contrastar tais questionamentos com a história oficializada pelos documentos...

Entre fatos e relatos como este, novos redutos⁸ e novos confrontos estariam por vir, traçando a história da Guerra do Contestado. Sabe-se que, diante do fracasso da investida do dia 28 de dezembro de 1913 ao reduto de Caraguatá, as forças militares se reorganizaram para destruir o povoado, em 8 de fevereiro de 1914, reunindo 700 soldados e pesado armamento. O *Diário da Tarde* acompanha o andamento das operações, relatando as marchas e atividades diárias comandadas pelo capitão Matos Costa e descrevendo minuciosamente as estratégias e os resultados da ação das forças oficiais. O texto que segue, contendo informações de um correspondente especial junto às forças de operação, ilustra este tipo de tratamento dado pelo periódico na discursivização do episódio.

Em Taquarussu, a 8 de fevereiro, os fanáticos foram atacados de surpresa, às 10 horas da manhã, estando os mesmos ali protegidos por 40 trincheiras. O ataque foi feito pela artilharia e 4 metralhadoras, que arrasaram o reduto, incendiando muitas casas. Taquarussu era um povoado composto de cerca de 60 casas e ranchos de madeira. Possuía uma igreja, caiada de branco, que

8. O grande número de redutos que existiram, as denominações que receberam e a mobilidade entre os mesmos dificultam a compreensão da organização dos sertanejos pela região. Estudos sobre a história do Contestado mostram que os mais conhecidos foram o de Taquarussu, Caraguatá, Bom Sossego, Perdizes, Caçador, Santa Maria, São Miguel, São Pedro e Pedras Brancas. Sem nos debruçarmos aqui sobre a sequência de batalhas e a reorganização dos sertanejos em redutos, atentaremos para alguns registros jornalísticos que parecem relevantes, a fim de observar a atuação do jornal na construção dos fatos históricos que marcaram o movimento do Contestado.

foi também reduzida a cinzas. Pereceu um soldado. As perdas de fanáticos, entre mortos e feridos, foram de cento e tantos, entre homens, mulheres e crianças. Alguns animais cavalares e bovinos foram também sacrificados pela artilharia. As forças, antes de se retirarem, sepultaram muitos cadáveres no dia 9, ao som de uivos agourantes de cães que infestavam as redondezas, farejando rastos e cadáveres.

[...] Preparava-se a força para seguir rumo de Caraguatá, a fim de atacar esse reduto, quando recebeu o chefe da expedição um telegrama do sr. general, comunicando a suspensão das hostilidades, visto ter o governo de Santa Catarina resolvido conferenciar com os fanáticos, propondo-lhes pacificação.

[...] Continuou ainda o tiroteio em diversos pontos do mato, até que, pelas 4 horas da tarde, o coronel Gameiro fez a força retirar-se para seu acampamento de Perdizes. Enterrados 18 cadáveres, inclusive o do tenente Belisio, a coluna se pôs em marcha, conduzindo ainda em cargueiros 7 cadáveres de praças, que pelo adiantado da hora não puderam ser enterrados no campo de luta. (16/03/1914)

A superioridade das forças, que resultou no aniquilamento do reduto, é o que marca o discurso jornalístico neste e em vários outros momentos do conflito. É pela descrição dos fatos, orientada no sentido de evidenciar os sucessos da operação, que se estabelecem os parâmetros para delimitar o que deve ser considerado como acontecimento. Dito de outro modo, as notícias acontecem na conjuntura de acontecimentos e textos, construindo uma nova leitura da realidade angulada segundo as vozes que “produzem” na imprensa o combate de Taquarussu. Conforme analisa Traquina, “enquanto o acontecimento cria a notícia (porque as notícias são centradas no referente), a notícia também cria o acontecimento (porque é um produto elaborado que não pode deixar de refletir diversos aspectos do próprio processo de produção)” (TRAQUINA, 1995, p.135).

Na busca e identificação das vozes predominantes que construíram o Contestado através do discurso jornalístico, percebemos que o trabalho de correspondentes do jornal, telegramas de autoridades e entrevistas com representantes das forças do exército e da polícia servem de suportes fundamentais para uma “verdade histórica” produzida e veiculada na imprensa paranaense. Na continuidade dos combates, a presença de testemunhos se intensifica, delimitando uma atuação mais sistemática de

acompanhamento do jornal no desfecho da guerra. As fontes aparecem nos textos informativos como elementos essenciais para o estatuto de veracidade destes discursos, pois são as que se institucionalizam socialmente. A descrição dos horrores do combate de Caraguatá⁹ feita pelo tenente Facó confirma este caráter de testemunho do real pelos discursos jornalísticos.

No dia 9, às 8:20 da manhã, as forças, compostas por 760 homens, sob o comando do coronel Gameiro, marcharam em reconhecimento sobre o reduto de Caraguatá, deixando no acampamento um pelotão da cavalaria e outro da infantaria. Depois de avançar cerca de 4 km, o comandante dos exploradores, capitão Matos Costa, comunicou que o guia lhe declarara não saber mais se era aquela a estrada de Caraguatá. Nessa ocasião ouviram-se alguns disparos do inimigo e, logo adiante, travou-se violento tiroteio.

[...] Eu próprio, atacado por um grande número de fanáticos, pus um fora de combate, com um tiro de carabina e puxando da minha pistola, consegui dar um tiro que atingiu um dos atacantes, mas, engasgando a arma, fui obrigado a me utilizar da espada, fazendo-os recuar. Reuni então cerca de 9 homens que estavam próximos a mim e retirei-me lentamente, conduzindo os feridos que podiam andar e reunindo os soldados que fui encontrando durante a marcha. (25/03/1914)

A vitória dos sertanejos sobre as forças do exército, embora não claramente explicitada no relato de tenente, demonstrou que novos combates estariam por vir, pois os sertanejos aprimoravam as práticas de guerra e o número de adeptos (espontâneos ou não) do movimento crescia diariamente. Com a mobilização de outras tropas para tentar conter a ação dos sertanejos, as autoridades passam a comemorar o que parecia ser o prenúncio do fim do conflito. A entrevista do general Carlos de Mesquita ao *Diário da Tarde* explicita este tipo de suposição em relação à revolta sertaneja:

9. O reduto de Caraguatá, criado antes da destruição de Taquarussu, foi marcado pelo sentimento de revolta com a destruição promovida pelas forças do exército, reunindo muitos sobreviventes que desejavam vingança. Neste reduto surgiu a mais expressiva líder feminina, Maria Rosa, que “ouvia” José Maria e passava as orientações aos demais. A partir de Caraguatá, ganha intensidade a “convocação” para a entrada nos redutos e a implantação de estratégias mais elaboradas de combate.

Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida

- O que diz sobre a versão corrente de que os fanáticos se tem dispersado?
- É verdade. Esse ajuntamento de rebeldes, que no começo pareciam irre-
dutíveis, está presentemente tomando uma nova fase e muitos dos fanáticos,
aproximadamente em número de 40, apresentaram-se às autoridades em
Curitiba, afora cerca de 15 que a mim se apresentaram no próprio teatro
dos acontecimentos. Essa gente, talvez temerosa pela ação que o exército
está desenvolvendo naquela zona, ação que podemos classificar de paz e
concordia, tem moderado os seus instintos sanguinários, procurando depor
as armas e dando começo assim à pacificação do território. Por informações
que obtive, cerca de 200 caboclos se dispersaram em diversas direções do
sertão. Baseado nessas mesmas informações, penso que o número de revol-
tosos se limita a 100, pouco mais ou menos, sendo casos os mais perigosos
vistos como não obedecem a credence alguma, tendo como único propósito
o banditismo, exercendo toda espécie de depredações. (01/05/1914)

Apostando nos resultados positivos de uma campanha de rendição pacífica, o general, veterano de Canudos, parece não dar crédito à possibilidade de reorganização dos sertanejos, agora espalhados em vários redutos menores, cada qual com seus comandantes e líderes, sendo o mais expressivo deles o de Bom Sossego. Havia, em maio de 1914, sob o comando de Mesquita, 1600 homens em operação, para impedir novos ajuntamentos de rebeldes.

No entanto, a afirmação de uma “missão cumprida” por parte do general logo foi desmentida, diante da crescente adesão de pessoas ao movimento. No final de agosto de 1914, foram mobilizadas centenas de praças do exército, sob o comando de Matos Costa¹⁰, para atacar os redutos dos

10. Matos Costa teve uma participação interessante na Guerra do Contestado. Distinguindo-se dos demais comandantes do exército, tentou conhecer o modo de vida dos sertanejos e por várias vezes manifestou a percepção de que se tratavam de pessoas exploradas e marginalizadas que se reuniam em busca de uma melhor sorte. Há, ainda, especulações de que o capitão Matos Costa e a virgem Maria Rosa mantinham certa relação de afetividade. Delmir José Valentini assim descreve a ousada visita do capitão do reduto mor de Bom Sossego: “Disfarçado de vendedor ambulante e acompanhado de um bodegueiro de Campina dos Pintos, Matos Costa, de cabeça raspada e fita branca no chapéu, teria conferenciado com Maria Rosa e com seu pai Eliasinho da Serra, escapando com vida de tal aventura, não sem a conviência de Maria Rosa e de seu pai. Outros chefes desconfiaram da forma como os dois visitantes desapareceram do reduto, na calada da noite e sem deixar pistas. De imediato destacaram um piquete comandado por Francisco Alonço. Sem dar satisfações a Maria Rosa, partiram no enalço dos dois.” (VALENTINI, 1998, p.115).

“fanáticos”. O *Diário da Tarde* registra esta etapa da Guerra do Contestado com grande expectativa¹¹, noticiando, entre outras nomeações, que embarcaram para União da Vitória 105 praças (29/08/1914) e outras 220 do regimento de segurança para “defender as cidades ameaçadas pela invasão dos fanáticos” (31/08/1914).

Mais uma vez, foram frustradas as expectativas de acabar com a revolta, sendo este o momento de maior expansão dos sertanejos do Contestado. Relata Vinhas de Queiroz que o movimento chegou a alcançar entre 20 e 30 mil integrantes, reunidos nos redutos da vasta região do Contestado, que somava mais de 20 mil quilômetros quadrados.¹² Diante das derrotas constantes do exército, e também do pavor causado pela morte do capitão Matos Costa, a crença de que os sertanejos eram protegidos por São Sebastião ganhou os sertões.

Para conter e acabar de vez com a rebelião do Contestado, o governo federal nomeou como comandante o general Setembrino de Carvalho, veterano de Canudos, colocando à disposição mais da metade do exército republicano da época. O plano estabelecido pelo general foi cercar a região em quatro frentes, avançando progressivamente e deixando os sertanejos sitiados. Enquanto esteve no comando, o general promoveu uma série de investidas ao grande reduto de Caçador e seus arredores, enfraquecendo o movimento¹³; sucessivas operações foram realizadas, fazendo ressurgir a ideia de que a guerra estava terminando.

Com discursos marcados pelo otimismo, o jornal mantém considerável espaço para a divulgação das informações oficiais, como demonstra o seguinte despacho do coronel Fabriciano ao presidente do Estado do Paraná:

11. O jornal divulga a relação dos responsáveis pelas colunas e descreve como vão agir, criando um clima de patriotismo e coragem: “Todas as praças que hoje embarcaram seguiram bem dispostas, manifestando mesmo franca alegria por terem ocasião de talvez selarem com o próprio sangue os juramentos feitos perante o pavilhão nacional, por ocasião dos seus alistamentos nas fileiras do exército.”(29/08/1914)

12. Data de setembro de 1914 a intensificação dos ataques dos sertanejos às vilas e cidades. No dia 5 deste mês, atacaram Calmon e incendiaram a filial da serraria Lumber, e em 26 de setembro foi atacada a vila de Curitibaanos, sendo o cartório destruído e diversas casas queimadas. Iniciava-se, assim, um plano mais enérgico e sistemático de resistência.

13. Em dezembro de 1914, os sertanejos, chefiados por Adeodato Manoel Ramos – que tomou o posto devido à morte do comandante geral Francisco Alonço, morto no combate do Rio das Antas, e comandou o movimento até o final –, transferiram o reduto de Caçador para Santa Maria.

Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida

Tenho imensa satisfação de comunicar v. exa. que parece muito próximo o restabelecimento da ordem e das garantias nos sertões conflagrados. O chefe Antônio Tavares reiterou seus propósitos de depor as armas. Dado assim seja, ficam pacificamente os municípios de Rio Negro e Itayópolis. O chefe Chico Salvador apresentou-se ao comandante da coluna norte, propondo entregar as armas com que tem flagelado os nossos sertões. Esse chefe retirar-se-á do reduto de colônia Vieira com trezentos companheiros. Congratulo-me com v. exa. pela promissora perspectiva de paz, sem serem necessários mais sacrifícios de vidas preciosas bem dignas de melhores destinos. (07/01/1915)

Segundo o telegrama, a paz estava prestes a ser restabelecida, com a rendição dos integrantes do movimento e as sistemáticas operações de guerra conduzidas pelo general Setembrino. Assim, diante do eminente fim dos conflitos, o presidente Carlos Cavalcanti recebe os cumprimentos por poupar mais vidas preciosas para o caso Contestado. Neste período, estava firmemente estabelecido o cerco em torno dos redutos, e a falta de comida e munições começava a fazer-se aguda entre os fanáticos. No mês de janeiro, segundo Vinhas de Queiroz, processaram-se rendições em massa em várias localidades; ao todo, calculou-se que no decorrer do mês três mil sertanejos se apresentaram às autoridades.¹⁴

O fim da guerra, no entanto, seria adiado por ainda mais algum tempo: todos aqueles que não tinham se entregado ou caído prisioneiros ou ainda fugido dos outros redutos concentravam-se em Santa Maria, que contava com cerca de 5 mil pessoas. Considerado o último reduto, resistiu por várias vezes, até que foi vencido pela somatória de problemas ocasionados pela falta de alimentos¹⁵ e por epidemias, principal-

14. “Em Papanduva entregaram-se 300 revoltosos que não suportavam mais as condições da guerra sertaneja. Em Rio Negro apresentaram-se 65 pessoas que se haviam internado no mato desde o início do movimento. Só em Canoinhas sujeitaram-se nada menos que 243 famílias. No município de Lages depuseram armas 528 indivíduos, provenientes da área do Serrito e de Campo Belo.” (QUEIROZ, 1977, p.217).

15. Vinhas de Queiroz registra, por uma série de depoimentos, as lembranças da fome vivenciada no reduto de Santa Maria: “O cerco e o acúmulo do pessoal produziram uma fome sem precedentes. Dez reses eram carneadas todos os dias, porém as rações, que dependiam do tamanho da família e também da boa vontade dos encarregados do corte, diminuam. (...) Alguns contam que puderam resistir porque se deram bem com as frutinhas da imbuia. Outros ainda conseguiam coletar mel de abelhas do mato e abater alguma caça nos arredores. Inclusive esses últimos recursos da floresta eram disputados ao máximo. Um caçador que

mente de tifo, que matava diariamente dezenas de pessoas. Segundo Valentini:

O reduto mor de Santa Maria foi, sem dúvida, o que ficou marcado pelos seguidos combates e pelo grande número de mortes, ocorridas não apenas pelas armas, mas também pela fome e por doenças. A destruição deste reduto marcou o fim da Campanha do Contestado, sob o comando do General Setembrino. [...] Espalhou-se o mito de que Santa Maria era o “chão sagrado” e ali todos seriam imortais. Peludo ali não chegaria. O pessoal de outras guardas e redutos, que iam sendo tomadas pelas forças legais, convergiam para Santa Maria, que chegou a ter, aproximadamente, 5.000 habitantes. (1998, p.119)

Foram meses seguidos de combates, com as forças legais vencendo progressivamente guardas e arredores de Santa Maria e os sertanejos resistindo a todo custo. Cada investida era tratada pelo jornal como um acontecimento que vinha inaugurar finalmente a paz no território contestado, na medida em que se noticiava o sucesso das operações, por telegramas do general Setembrino à imprensa. Pode-se dizer que, a partir dos relatos oficiais, instituem-se os sentidos em torno das figuras militares e, por oposição, dos sertanejos combatentes, convertendo assim as representações do jornal em documentos da história.

O texto que segue, referente ao início dos ataques ao reduto de Santa Maria, é exemplo de como as informações são acrescidas de valorações, com a finalidade de “sugerir” o reconhecimento pela função honrada que cabia às forças armadas.

Como fora anunciado, realizou-se anteontem à tarde o ataque ao reduto de Santa Maria. Não se sabe por enquanto o número exato de perdas sofridas pela coluna, mas é de crer que o mesmo seja elevado. Ao que se sabe, até agora pereceram o capitão José Bayma, o 1º tenente Orestes de Salvo Castro, vários inferiores e 34 praças simples. O número de feridos, entre os quais se contam os capitães Hygino Pantaleão da Silva Júnior e Cândido Océa de

acertou um coati, teve de reparti-lo imediatamente entre os amigos, que logo engoliram mal sapecado no fogo, não deixando nem as tripas. Uma testemunha lembra que em Santa Maria os jagunços devoravam cavalos e até cachorros. Comiam couro cru, correia, capa de cangalha, bruaca.” (QUEIROZ, 1977, p.223).

Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida

Moraes e os tenentes José Amancio de Freitas e Antonio d'Avilla, sobe a mais de uma centena. Do lado dos fanáticos, as perdas foram grandes. Fazendo a testa da coluna, o 57º batalhão de caçadores foi o que mais sofreu na tremenda refrega. Todas as unidades que entraram em combate se bateram com bravura e denodo, honrando sobremodo as gloriosas tradições do exército nacional. A todos os bravos oficiais e praças que tomaram no ataque ao reduto de Santa Maria, o *Diário da Tarde* apresenta sinceras condolências. (12/02/1915)

São as notícias publicadas no *Diário da Tarde*, ecoando as vozes oficiais que predominam na produção e divulgação dos fatos, que atribuem aos acontecimentos sua transcendência social. É pelo registro da imprensa que os fatos tornam-se públicos e que os questionamentos sobre os rumos da guerra são postos em cena; não mais se propaga e festeja o fim da revolta, não mais se sustenta a superioridade das forças; agora, pretende-se oferecer informações mais precisas sobre as reais condições do trabalho de “pacificação” armada.

Por este viés, o *Diário da Tarde* discute o envio de nova remessa de forças para o Contestado, emitindo uma espécie de “resposta” a um jornal do Rio que estaria duvidando do sucesso da missão de Setembrino. Observa-se, entretanto, a permanência de um enfoque “oficializado” nas palavras de representantes das forças legais, que faz o jornal, ainda que manifeste certa inquietação em relação às sucessivas derrotas, manter-se posicionado na perspectiva de sustentar a veracidade das afirmações do general.

Um jornal do Rio escreveu o seguinte sobre os conflitos da região contestada no dia 22 do corrente: “deve seguir amanhã para o Paraná um contingente de 300 praças do Exército, retirados dos diversos corpos desta capital. Esta força vai preencher os claros abertos nos corpos que operam no território contestado, por efeito das baixas verificadas em combate e por notícias. Sobre a partida dessa força se tem feito comentários, parecendo a muita gente que a situação no sertão do Paraná não é boa como deu a entender o último telegrama do general Setembrino de Carvalho.”

De fato, o despacho citado dizia que toda a zona do lado do Paraná estava limpa do inimigo, faltando apenas o reduto de Santa Maria, para livrar também o lado de Santa Catarina das depredações dos fanáticos. Ora, limpas as duas zonas do Contestado, em Santa Catarina e no Paraná,

estará livre o Contestado. Nesse caso que motivo há para o envio de novas forças para o Contestado? Apanhando essa interrogação fomos ao ministro de guerra a procura de uma explicação que tranquilize a opinião alarmada.

A remessa desse contingente nada tem de estranhável, conhecendo-se os seus precedentes. Logo depois de combater o reduto de Santa Maria, no qual perdemos alguma gente, o ministro da guerra apressou-se em telegrafar ao general Setembrino pondo à sua disposição os elementos necessários em tropas e material para dominar os fanáticos. As ordens para seguir o reforço já estavam dadas. É prudência para evitar surpresas. (26/02/1915)

Com o objetivo de “tranquilizar a opinião alarmada”, o texto evidencia, além da “busca pela verdade”, o atrelamento do jornal a estas vozes que “dizem” a realidade, segundo seus interesses e objetivos.¹⁶ A adesão a determinado grupo, assim como as alianças que estabelece para “tratar” os fatos, fazem que a atividade discursiva ultrapasse os limites da informação, tornando-se um meio de conformação da realidade.

Neste mesmo sentido, e ainda em relação aos acontecimentos de Santa Maria, o *Diário da Tarde* descreve a chegada dos combatentes à capital e, por um tratamento emotivo, busca informações sobre o conflito. O relato minucioso da chegada do trem e da recepção das famílias dá ao jornal o sentido de cumplicidade às forças militares, que haviam cumprido o dever de defender o território contestado.

Sabendo, ontem, da chegada a esta capital, de várias praças dos corpos desta guarnição feridas no último reduto de Santa Maria, tomado valentemente pelas nossas forças, destacamos logo dois dos nossos companheiros para receberem dessas praças as suas impressões obtidas no horroroso combate. Precisamente à hora 3:30, hora em que chegava a esta capital o trem da tabela que conduzia a esta cidade os feridos do último combate, ali se achavam os nossos dois companheiros destacados para esse fim.

16. Vale notar que, conforme observou-se no capítulo referente à questão de limites, o *Diário da Tarde* tinha motivos particulares para propagar a proximidade do fim da guerra, ou amenizar a dimensão do movimento sertanejo. Tratava-se de uma maneira de evitar uma maior intervenção federal no caso, protegendo assim o território paranaense de outro tipo de decisão, além da judicial, como desejavam as autoridades.

Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida

Um movimento desusado se notava nas salas da Estrada de Ferro. Uma multidão de mulheres à espera dos seus maridos; uma onda de crianças aguardando a chegada dos seus pais; um agrupamento de pessoas à espera de seus amigos, tudo isso se notava ontem na estação da estrada de ferro.

Em todos os semblantes notava-se a ansiedade e a comoção com que aquele povo aguardava a chegada dos seus entes mais caros do mundo.

[...] Uma decepção e um desânimo invadiu a todos. Ainda não eram os feridos que chegavam a esta capital e sim grande quantidade de praças dos vários batalhões, atacados de diversas moléstias e bastante estropiadas, tendo os feridos ficado em Porto União da Vitória, onde existem dois hospitais de sangue para tratamento das praças feridas. (10/04/1915)

Conforme observa Vinhas de Queiroz, nas capitais dos estados e até no Rio de Janeiro, a imprensa aclamava aquela vitória de nossas forças armadas. Oficialmente, foi dada por finda a Campanha, dissolvida a Expedição. “A força policial do Paraná se encarregaria de guarnecer determinados trechos, enquanto outros ficariam a cargo da polícia de Santa Catarina ou de certos coronéis com seus bandos de vaqueanos” (QUEIROZ, 1977, p.230).

Assim, mesmo diante do evidente desgaste moral do exército decorrente do forçado prolongamento de sua missão, registros estereotipados e feitos heróicos permanecem como base para as afirmações do jornal, embora a este seja, em determinados momentos, inegável a manifestação contrária às impressões e pressupostos das “falas oficiais” em relação ao cumprimento definitivo de seus objetivos. É o caso do seguinte editorial – “Há temores de que ressurja o banditismo nos sertões” –, que embora não trate exatamente de operações de guerra como os demais, coloca em discussão a imprecisão das informações e evidencia o descontrole a que o movimento estava submetido, mesmo depois da destruição dos principais redutos pelas forças militares.

Embora nos seja pesado e até mesmo dificultoso apregoar o perigo a que continua exposta a atribulada população do trágico território contestado, o qual nos surge novamente como teatro dos mais sangrentos e revoltantes crimes, reproduzindo o telegrama que o sr. Coronel Felipe Schmidt transmitiu sábado último, de Florianópolis, ao senador catarinense sr. Babtista, que se acha no Rio e qual está assim concebido:

“Julgo de urgentíssima necessidade que o governo da União envie já forças para Campos Novos, antes que o novo movimento de fanáticos tome maior vulto na região de Canoas, Butiá Verde e Perdizinhas. Acabo de receber do coronel Francisco Albuquerque a seguinte comunicação: “fanáticos incendiaram a fazenda de Nico Pepe, assassinando-o. [...] Urgem providências”

Embora essa triste nova já fosse por nós pressuposta desde o momento em que nossas forças receberam ordens de recolher-se, ficando desse modo alguns pontos fracamente guarnecidos e outros no mais completo abandono, facilitando, assim, a reorganização de novos redutos que talvez amanhã (oxalá que nos enganemos) estarão fortes e dispostos a oferecer a mais tenaz e já conhecida resistência, não deixou de nos causar séria e justa comoção. Agora, perguntamos o que nos resta fazer diante de tudo isso? Levantarmos as mãos para o firmamento e perguntarmos: até quando estaremos condenados a suportar tais misérias e vergonhas? (17/06/1915)

Tendo como argumento principal o reconhecimento público do fracasso das operações até então realizadas – contrariamente ao que se afirma em momentos pontuais da guerra –, o texto traz interessantes referências sobre o clima de insatisfação com o desfecho da guerra e de temor diante da possibilidade de novos ajuntamentos. Conforme previsto no texto do *Diário da Tarde*, a saída de cena do exército não representou a garantia de “paz” no Contestado. Pouco tempo depois, o jornal, noticiando novas manifestações de revolta, registra a continuidade da guerra a partir da reorganização dos sertanejos nos redutos de São Miguel e São Pedro, que tinham como líder Adeodato.¹⁷ A destruição do último reduto, realizada

17. A Adeodato, conhecido como “flagelo de Deus”, são atribuídas uma série de atrocidades e crimes cometidos nos redutos. “Tinha fama de ferocidade e dureza que já vinha dos tempos de Santa Maria, mas era contido pela ação dos outros chefes e jagunços de prestígio. Devido à crença de que se tornara santo e tocado pelo poder divino, tornou-se incontestável o seu poder pessoal. [...] Em todos os rumores havia exagero evidente. Todavia, não há dúvida de que Adeodato aplicou o terror interno. A princípio, somente contra os derrotistas, os que tencionavam fugir ou mantinham de qualquer forma ligações com o inimigo. Logo a seguir o terrorismo exorbitou, e atingiu os próprios companheiros de crença. Qualquer dúvida ou pergunta era tida como indisciplina e o mais leve sinal de crítica e desconfiança era suficiente para que o sujeito fosse declarado culpado contra a religião e morto.” (QUEIROZ, 1977, p.235).

Depois de declarada a vitória do exército sobre os sertanejos, Adeodato perambulou pelo mato durante vários meses, foi preso e condenado a trinta anos de prisão (pena máxima

pela polícia catarinense sob o comando do capitão Euclides de Castro, ocorreu em dezembro de 1915, estendendo-se à procura de sobreviventes dos redutos pelo mato, em toda região.¹⁸

Percebe-se, ainda, que os últimos combates e operações policiais não chegam a ganhar visibilidade pública nos discursos do jornal. Enquanto a atenção é desviada para a questão de limites, a situação dos sertanejos e a atuação indiscriminada das forças é deslocada para segundo plano, figurando como assunto “complementar” sobre o caso. A própria irrelevância que o assunto assume na época, em comparação a outras questões, constitui um aspecto interessante de ser observado, uma vez que representa uma das formas pelas quais se constrói (ou se deixa de construir) cotidianamente os acontecimentos na pauta da sociedade.

Na busca das formas pelas quais se registrou e fez acontecer a história do Contestado, oferecemos alguns exemplos de como alguns combates e informes assumem o papel de divulgadores da verdade no jornal. Dezenas de outros textos poderiam ser observados, demonstrando aspectos que permitem recuperar etapas da guerra e seu tratamento pelo jornalismo. No entanto, limitamo-nos aqui à constatação do que tais registros representam, em termos jornalísticos, para a construção da história.

Pela referência aos textos do *Diário da Tarde* que atuaram particularmente no registro das operações de guerra, pode-se dizer que os discursos do jornal estabelecem a mediação entre os fatos e sua existência pública na sociedade, articulando sentidos e vozes diversas e registrando em suas páginas os resultados dos conflitos e suas implicações. Percorrendo os discursos jornalísticos é possível encontrar uma história imortalizada. Uma história que, obviamente, apresenta vários ângulos, mas que à primeira vista faz sobressair uma oficialidade, parcial, que lhe é constitutiva. A partir desta percepção, entendemos que o “contar” um fato, segundo angulações previamente dadas, traz dentro de si elementos formadores do próprio “acontecer”.

que as leis permitiam), conseguindo fugir por duas vezes, quando então foi baleado na penitenciária em Florianópolis, vindo a falecer pouco depois.

18. Terminada a guerra, intensifica-se o processo de rendição dos sertanejos, que apresentavam-se em situação de total miséria. Estudos sobre o Contestado mencionam uma série de crimes em massa praticados pelas polícias dos dois estados neste período.

Entre fatos, opiniões e verdades, as falas do *Diário da Tarde*

Em meio aos discursos que registraram os acontecimentos do Contestado, estabelecendo a conexão entre fontes e jornalistas, as notícias tornaram-se uma ferramenta importante do governo e das autoridades estabelecidas para “contar” a realidade. Observamos que o acesso predominante de determinados segmentos da sociedade reflete o poder real dos atores – uma vez que o discurso não pode ser entendido fora do sistema político e social em que é produzido – e que a imprensa, em geral, tende a apoiar as interpretações oficiosas dos acontecimentos.

Interessa-nos, sob um outro ângulo, analisar como o jornal se faz ouvir, como articula e negocia sentidos na discursivização cotidiana de fatos, poderes e interesses, e coloca em jogo as contradições da realidade social, estabelecendo uma disputa simbólica em torno do processo de significação. Tentaremos observar, a partir desta problemática, a presença de uma “política da realidade” que permite ao jornal produzir opiniões que podem ser tomadas como fatos.

Vale lembrar que, no período referente à Guerra do Contestado, a imprensa já se havia convertido para os cidadãos como principal fonte de transmissão de acontecimentos. Como aponta Alsina, “frente a los acontecimientos sociales, la prensa adopta una postura más activa; ya no se trata de recibir la información y comentarla, sino que hay que descubrir el acontecimiento” (1989, p.87). Por isso, podemos constatar que o papel do jornal na produção e divulgação dos acontecimentos não era, apesar da relativa restrição do público leitor, de modo algum irrelevante.

A partir desta consideração, procuraremos entender os modos pelos quais se impõem acontecimentos e problemáticas pela atuação do *Diário da Tarde*, observando como o jornal se posiciona em determinados momentos para oferecer as notícias como índices do real. A participação efetiva na busca de informações e no modo de narrar os acontecimentos evidencia este papel de produzir a realidade social atribuído ao jornalismo. Pois, além de colocar em cena diversos atores que se manifestam no espaço simbólico da imprensa, disputando sentidos e verdades, o próprio jornal se constitui como mediador e agente do processo de construção das notícias. Afinal, conforme observa Traquina, as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; elas acontecem na conjunção de acontecimentos e textos: “enquanto

o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (TRAQUINA, 1995, p.168).

Como a produção da notícia define uma aproximação determinada à realidade, pode-se dizer que o discurso jornalístico representa, efetivamente, um mecanismo pelo qual se constrói o mundo. Mas como ele o faz? Pela pura e simples divulgação pública dos fatos? Mais do que isso, o jornal apresenta uma maneira particular de “testemunhar” os acontecimentos, oferecendo diversas leituras da realidade que são processadas pelo público. Entre fatos e opiniões, fontes e registros, manifesta também sua leitura, angulada segundo posicionamentos já dados e determinada pela situação específica em que o jornal diz e constrói o acontecimento.

Nos discursos veiculados no *Diário da Tarde*, este aspecto é evidente; o próprio jornal demonstra o compromisso de informar o leitor e mostrar a “verdade”, questiona determinadas informações e até mesmo se contradiz. Desvendando ou fazendo prevalecer determinados ângulos para as informações e deixando transparecer sua política editorial, o periódico produz e institui os acontecimentos do Contestado pelos sentidos fixados (ou sugeridos) pela atividade discursiva.

O tratamento emotivo dedicado pelo jornal na transmissão das notícias, assim como o diálogo com o leitor e a manifestação do compromisso em informá-lo, imprimem ao *Diário da Tarde* um visível envolvimento com as informações. É por este viés que o periódico noticia sua participação no registro dos fatos, fazendo prevalecer seu papel na sociedade curitibana. O texto que segue, referente a um dos vários confrontos das forças do exército com os sertanejos, ilustra esta perspectiva.

Os alarmantes boatos que com insistência corriam pela cidade faziam pensar que alguma coisa anormal se havia passado ou estava por se passar. Não descansamos um só momento nas nossas indagações e hoje, finalmente, conseguimos saber, embora com dificuldade, que próximo ao Timbozinho se travara combate, sábado passado, entre os caboclos e a gente do general Mesquita, saindo 4 soldados e 1 vaqueano mortos e 11 soldados e 1 vaqueano feridos. Por enquanto são só essas as consequências conhecidas do encontro. Quem sabe, porém, se elas não foram muito maiores? Procuramos hoje, pela manhã, o sr. General Ferreira de Abreu, que nada mais nos pode adiantar, dizendo saber, apenas, que os fanáticos haviam tido grandes perdas e que os sobreviventes deles haviam fugido apressadamente. A esta

hora já demos todas as providências necessárias para que amanhã possamos com mais minúcias informar os leitores sobre os tristes fatos.

[...] Conseguimos, entretanto, de pessoa que esteve no local que foi vitimado o tenente Campos, algumas notas sobre o estado em que foi encontrado o corpo do inditoso oficial. Segundo diz o nosso informante, aliás, falou muito reservadamente e sem querer pormenorizar, ao notar-se no acampamento a demora do tenente Campos, que saíra para fazer uma excursão pelas redondezas do lugar, sempre o temor de que algo de grave tivesse acontecido, foi enviado um pequeno contingente de soldados à sua procura. Depois de muito buscar pelas matas vizinhas, os soldados depararam, horrorizados, com o corpo do bravo oficial, estendido, de braços, na proximidade de uma ponte que há sobre um dos riachos que correm para o Timbozinho. O cadáver apresentava mais de 8 ferimentos de bala, e estava completamente desnudado. Os fanáticos lhe haviam tirado, não só toda a roupa, como também a espada e até a aliança. Tinha desaparecido, também, uma importante quantia que o assassinado levava consigo. (18/05/1914)

Estabelecendo uma visível proximidade com o leitor, este texto faz mais do que informar sobre o resultado do combate; envolve as dificuldades do trabalho jornalístico, a imprecisão das informações, o relato de um informante, as ações dos “fanáticos”. Ou seja, são vários os elementos que compõem o trabalho simbólico de noticiabilidade dos fatos, neste caso específico. Pela exacerbação das impressões do jornalista – expressos na adjetivação e nos pressupostos lançados no transcorrer do texto – também é possível apreender o conteúdo simbólico inerente à narração dos acontecimentos.

Este tipo de construção da notícia, marcado pelo tom emotivo e impressionístico que mistura informação e opinião, é o que prevalece nos jornais da época, tornando visível a presença da imprensa na transformação dos acontecimentos em notícias. Mas, além de referências pontuais aos marcos históricos oficializados pelas batalhas do Contestado, o jornal também manifesta seu posicionamento em situações tangenciais ao conflito.

Trataremos, aqui, do modo como o *Diário da Tarde* aborda a divulgação das operações de guerra e do estabelecimento da paz pelo exército, entendendo que representa um tema relevante para a compreensão dos acontecimentos pela sociedade. A narração dramática dos resultados da batalha apresenta-se no texto que segue acrescida da atuação do jornal

em acompanhar o andamento das operações, representando assim um tipo de aliança com o leitor na verbalização de seus posicionamentos.

Como se não bastassem para constranger-nos dolorosamente a alma e lançar o nosso espírito no mais negro luto as sangrentas tragédias que há tantos meses se vêem desenrolando nos nossos sertões, sacrificando tanta vida preciosa para a pátria e mergulhando tantos lares no desconforto e na dor, trazem-nos, agora, as notícias oficiais, o triste conhecimento de novos derramamentos de sangue a encharcar aquele recanto do Brasil, que deveria ser um ninho de felicidade, mas que está transformado num altar de bárbaros sacrifícios.

Temos minuciosamente narrado aos nossos leitores, levando a palma a qualquer outro órgão de imprensa, os negros acontecimentos que tem sido teatro o Contestado. Com a máxima fidelidade descrevemos as horrorosas cenas de assassinato e massacre que lá se tem passado, procurando cumprir estritamente o nosso dever de grande órgão de patriidade. [...]

Pelos números do *Diário da Tarde* de ontem e anteontem, tiveram os nossos leitores os mais exatos informes da trágica chacina do bravo tenente Antônio Pereira Campos e sobre o violento encontro que teve lugar entre as forças do sr. General Mesquita e os caboclos fanatizados, e do qual resultou a morte de onze valorosos servidores da pátria e um número elevado de graves ferimentos.

Telegramas oficiais agora recebidos trazem a notícia de mais dois terríveis encontros, dos quais resultaram outras numerosas mortes e muitos ferimentos de oficiais inferiores e praças do exército.¹⁹ Pelos matos e capões das redondezas foram encontrados mais trinta e tantos fanáticos mortos.

O sr. General Mesquita telegrafou dando por finda a sua missão, dizendo que agora compete aos governos do Paraná e de Santa Catarina a punição dos criminosos e o policiamento da zona conflagrada, e pedindo com insistência a promoção dos seus bravos oficiais, tão cruelmente sacrificados pela ignorância e ferocidade daquela gente fanatizada. (20/05/1914)

19. O jornal refere-se à luta no arraial de Santo Antônio, que resultou em um grande número de vítimas de ambos os lados envolvidos na guerra.

O que chama a atenção neste texto, além da elaboração sentimentalista com que são recuperadas as informações sobre a guerra, é a afirmação da presença do jornal na mediação desta realidade. Parece ser justamente por se constituir como um “órgão de patricidade” que os fatos são narrados com tamanho pesar e com a garantia de fidelidade. O posicionamento explícito do periódico nas questões da guerra – seja na dramatização dos acontecimentos, seja no questionamento de determinadas decisões e opiniões – percorre todo o período do movimento do Contestado, de modo a marcar sua participação e o seu envolvimento no próprio processo de consolidação da história.

No que diz respeito às manifestações de “missão cumprida” pelos comandantes das operações, o *Diário da Tarde*, embora inevitavelmente marcado por uma relação de “obediência” às autoridades, como os demais periódicos da capital paranaense, faz circular sentidos opostos àqueles divulgados pelas vozes oficiais. Sob o título “O ministro de guerra não considera finda a missão do general Mesquita”, o jornal publica na íntegra o telegrama passado pelo general ao presidente do Estado sobre as operações em Tamanduá, fazendo os seguintes comentários...

O sr. general Carlos de Mesquita considera dada a missão de que foi incumbido pelo governo federal, de dispersar por uma vez os perigosos ajuntamentos de fanáticos e bandidos, que infestam os nossos sertões. Já ontem estranhámos a decisão do sr. General Mesquita, pois que os fatos, ao contrário daquilo que ele parece querer afirmar, estão demonstrando que agora mais do que nunca os fanáticos ainda constituem uma terrível ameaça suspensa sobre a nossa terra.

[...] Julgamos que s. exa. não quer levar adiante a campanha contra os fanáticos por temer que venha a ser provada a impotência das forças que nos sertões operam, contra aqueles terríveis bandos de homens arrojados e valentes.

Todas essas cousas nós temos dito pelo nosso jornal: agora vem em apoio de nossas palavras a resolução do sr. Ministro de Guerra que, segundo informações que obtivemos de fonte oficial, não aceita como finda a missão do sr. General Mesquita e quer saber por que razão ele a deu como tal, pois que julga absolutamente necessária, ainda, a ação do exército nos sertões do Contestado. (21/05/1914)

... e especulações sobre as ações de Mesquita:

São estranhas e quase inacreditáveis as versões que pela cidade correm a respeito do procedimento do general Mesquita para com os vencidos dessa luta enorme travada nos sertões. Diz-se, por aí, que o general Mesquita, além de incendiar todas as casas, inclusive igrejas, etc., dos redutos que vai tomando, manda degolar os pobres prisioneiros, ora pela sua própria gente, ora entregando-os ao pessoal do coronel Fabrício. Não nos parecem verossímeis essas versões, porquanto o sr. General Mesquita é tido como um homem de sentimentos elevados. Além disso, s. exa. é também chefe da Maçonaria Rio-Grandense, fato esse que, por certo, o impediria de cometer semelhantes crimes. Estamos convencidos de que informações posteriores e mais exatas desmentirão essas versões, para honra do exército nacional, a que damos curso apenas no cumprimento do dever de informar nossos leitores. Para isto não poupamos esforços e ainda ontem fomos os únicos a noticiar os dois últimos combates, bem como a resolução do general Mesquita de dar por finda a sua missão, o que prova a excelência da nossa reportagem. (21/05/1914)

Neste extenso texto jornalístico, rompe-se de vez com o entusiasmo manifestado em momentos anteriores sobre o fim da guerra, abrindo espaço para o questionamento da atuação do general que comandava as operações. O primeiro fragmento discursivo, ao se referir ao temor de admitir a impotência das forças do exército diante do movimento sertanejo, produz o efeito de ilegitimidade das operações de Mesquita junto à opinião pública. Apoiando-se na resolução do Ministro de Guerra, o jornal confirma a necessidade de dar continuidade ao plano de pacificação, como teria afirmado aos seus leitores.

A segunda parte do texto, por sua vez, é menos opinativa do que especulativa. Mesmo afirmando que as versões sobre os abusos do general “não parecem verossímeis”, por se tratar de um homem de sentimentos elevados e ainda chefe da Maçonaria Rio-Grandense, a referência a tais ações supostamente realizadas por ele já constituem um tipo de questionamento sobre a sua conduta que, vindo na sequência do engano de que teria cumprido sua missão, produzem um certo abalo à imagem do comandante. Assim, sob o pretexto de que o jornal estaria publicando tais informações somente pelo dever de informar os leitores, a autopropaganda realizada pelo jornal ganha força na afirmação da excelência da reportagem, que aparece como pano de fundo ao longo do texto.

Semelhantes abordagens são publicadas na sequência pelo *Diário da Tarde*, quando as forças do exército são surpreendidas por novas organizações dos sertanejos.²⁰ Diante de um histórico pouco louvável para o exército nos conflitos do Contestado, o jornal produz uma certa desconfiança em relação ao otimismo manifestado pelas declarações oficiais, no momento sustentadas pelo general Setembrino de Carvalho.

A situação daquela zona não chegou mesmo ao ponto em que se encontra senão porque sempre a julgamos através dum suave e, neste caso, dum pernicioso otimismo.

A primeira expedição militar para ali enviada imaginou ter dado caça a um simples bando de salteadores; mas os salteadores, regressada a tropa, reapareceram, saídos de seus covis. E assim sucedeu com todas as expedições posteriores, a última das quais, a que antecedeu a atual – a expedição Carlos de Mesquita – chegou até a receber aclamações e festas, tão grande era a certeza de que ela tinha de fato extinguido os redutos dos bandoleiros. Ora, nada indica que a mesma coisa não se repita agora com a expedição do general Setembrino. O argumento principal, que dá a confiança no fim próximo da luta, é o desaparecimento dos homens em armas que perturbavam a paz do contestado ou a sua rendição aos pontos em que se mostravam mais difíceis de ser desalojados. Isso pode, efetivamente, ser sintoma de fim de luta: mas não é indício de renúncia à luta. Os bandoleiros daquelas paragens, fatigados, dispersam-se ou fingem que se dispersam. Mas congregam-se depois e recomeçam as suas tropelias.

[...] A expedição Setembrino, se ela realmente pensa ter acabado com os últimos redutos dos bandoleiros, não deve contentar-se com uma vitória que pode ser tão aparente quanto foi a do general Mesquita. (09/02/1915)

Baseado em experiências anteriores, o jornal argumenta que o sucesso completo da expedição militar ainda seria uma conquista distante,

20. Oferecendo uma leitura pouco otimista das tentativas de finalização do conflito, o jornal mantém a temática da guerra em seus editoriais pelo seguinte enfoque: “Quando há cerca de um mês o *Diário da Tarde* duvidou da apregoada pacificação dos fanáticos, de todos os lados se levantou uma injustificável e impensada celeuma que nós bem sabíamos breve seria esmagada pela dura e triste realidade dos fatos. A questão dos fanáticos não terminará tão cedo, a luta está mais acesa que nunca, e deixando ver atrás dos bastidores que a cercam graves acontecimentos que breve veremos se desenrolar.” (29/08/1914)

uma vez que os sertanejos estariam dispostos a se reorganizar e lutar, como já havia ocorrido em outras fases da guerra. Manifestando sua voz, que contrasta com determinados dizeres e verdades, o periódico faz repercutir no universo social outros sentidos, que ganham legitimidade na medida em que são retomadas as operações contra os sertanejos. Seguindo esta orientação, o seguinte texto recupera os fatos do Contestado desde o primeiro combate, voltando a questionar “quando terminará a sangrenta epopeia dos sertões”.

Aqueles que têm acompanhado com interesse os acontecimentos que desde setembro de 1912 vem se desenrolando nos sertões da zona contestada certamente compreenderam, desde logo, que as intermitências de paz registradas não eram os prenúncios do restabelecimento completo de ordem, anunciada para breve, num clamar de prematuras suposições, que facilmente conseguiu convencer tão somente os que, não ligando a esses acontecimentos a importância que eles mereciam, julgaram, após o recolhimento a quartel da expedição sob o comando do coronel Antonio Sebastião Basílio Pyrrho, que estava tudo acabado, isto é, que a caboclada rebelde que sacrificara João Gualberto havia se submetido ao império da lei e que os sertões do Contestado haviam voltado a oferecer a paz e tranquilidade duradouras de outros tempos. De como se desfez esse engano, todo o mundo se recorda.

Crescera a audácia dos bandidos que, não tendo sido dominados como deveriam sê-lo, se julgavam triunfantes e por isto cada vez mais dilatavam o círculo de sua ação. Só então o governo compreendeu que a invasão dos “fanáticos” não era tão fácil de resolver como a princípio se julgava; só então o governo se recordou da lição recebida em Canudos!

Que o general Setembrino fez o que ninguém se lembrou se fazer, é uma verdade que não pode ser contestada. Que ele merece os maiores louvores pelo modo por que tem sabido dirigir a campanha, sinceramente desejoso de estabelecer por completo, de forma absoluta, a paz nos sertões, é outra verdade. (12/02/1915)

Percebe-se por este texto, que dá continuidade ao questionamento levantado pelo jornal, que os sentidos em torno da representação dos combates se processam por meio de uma relação absolutamente movediça entre vencidos e vencedores. Prevendo mais um fracasso das forças

militares, o jornal justifica o fortalecimento do movimento sertanejo com a afirmação de que as autoridades não teriam dado a devida importância à questão do Contestado, tendo como reflexo o crescimento – comparável a Canudos! – da “audácia dos bandidos”. Neste contexto, o posicionamento do jornal é claro: não há motivos para comemorar a paz e para louvar o general Setembrino; há, de fato, motivos para aguardar novas manifestações de resistência do “outro lado”.

Textos como este, comuns nesta etapa final da guerra, são os que confirmam nos discursos jornalísticos o princípio da contradição, a contestação, a pluralidade de ângulos que se manifestam em meio aos enunciados. Devido ao fato de o próprio discurso ser parte constituinte do acontecimento, pode-se dizer que o papel do jornal na construção da realidade cotidiana está em seu trabalho de colocar em cena os implícitos e explícitos que orientam o mundo simbólico.

Observando alguns momentos em que o jornal divulga sua própria atuação e participação nos acontecimentos e os posicionamentos e opiniões que transbordam sua orientação editorial, procuramos apreender o modo como se constituem os sentidos por meio da atividade jornalística, fazendo expressar objetivos e posturas. Desse modo, enquanto noticia os fatos e os (re)insere no mundo real, a imprensa confere a determinados acontecimentos e informações seu específico caráter histórico.

Os dizeres da imprensa na disputa pelo sentido

Dando continuidade à perspectiva de observação do jornalismo em seu papel de produtor de discursos sociais, tentaremos agora analisar outro aspecto que diz respeito aos mecanismos de construção da realidade pela prática discursiva, abordando uma perspectiva que vem, se não complementar, ao menos oferecer mais uma possibilidade de olhar a questão. Trata-se, nesta perspectiva de percurso baseada na produção e disputa de sentidos, de estender a análise para o diálogo estabelecido entre o *Diário da Tarde* e demais periódicos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, que ganham as páginas do jornal para negar ou mesmo confirmar certas informações e posicionamentos. A referência parece oportuna por se tratar de uma característica da imprensa da época e pela repercussão polêmica que institui ao cotidiano jornalístico no tratamento das questões do Contestado.

Importante destacar que, nos jornais analisados, o que faz que a disputa pelo sentido se intensifique é o jogo estabelecido entre os jornais na tentativa de fazer prevalecer uma determinada visão dos fatos, a partir da tematização da disputa territorial. O confronto entre as perspectivas dos paranaenses e dos catarinenses têm, portanto, sua maior expressão nos processos midiáticos; é a imprensa o campo em que as diferenças são verbalizadas e as verdades, questionadas.

Enfocaremos esta parte da pesquisa no tratamento da imprensa pela imprensa, pela observação do que o *Diário da Tarde* e os outros periódicos do período dizem e constroem argumentativamente sobre as questões do Contestado e, desse modo, o trabalho e o papel do jornalismo na instituição de ângulos aceitos pela sociedade como verdadeiros. Ao perceber os vários modos como se fala sobre a imprensa (pela própria imprensa), estamos considerando as implicações do trabalho discursivo na consolidação de fatos e opiniões, entendendo a participação do jornal na formação da opinião pública.

No encontro com diversos textos que discutem a questão territorial, é interessante notar o clima de disputa na presença da “imprensa na imprensa”, ou seja, na utilização de um discurso de outro periódico para produzir significados. Neste sentido, os argumentos utilizados pela imprensa paranaense e catarinense²¹ sobre uma mesma questão permeada por interesses revelam diferentes formas de significar a realidade, segundo pontos de vista daqueles que disputam sentidos pelo discurso.

A imprensa atuou como porta-voz da preocupação em estabelecer os limites territoriais; para discutir esta questão, os estados do Paraná e de Santa Catarina recaem constantemente em acusações e denúncias, concebendo o movimento como resultado de disputas por limites, enquanto os jornais apresentam uma série de contradições a respeito da Guerra do Contestado, na busca de responsáveis pelas origens e desdobramentos do conflito. Pode-se observar estes contrastes nas relações de forças simbólicas que se manifestam em forma de estratégias retóricas nos enunciados do *Diário da Tarde* que seguem:

21. Embora a pesquisa não inclua análise de jornais catarinenses, a reprodução de discursos veiculados nestes periódicos pelo *Diário da Tarde* permite compreender a disputa simbólica pela construção de determinadas “versões” dos fatos, assim como a contradição estabelecida no diálogo entre a imprensa dos dois estados.

O jornal “A Noite” (Rio), fazendo diversas conjecturas sobre a natureza do movimento que se está operando em Santa Catarina, diz que os paranaenses não tomam esse movimento a sério, que desconfiam dessa sublevação, vendo nela simplesmente um pretexto habitualmente preparado pelos catarinenses, para guarnecerem o seu território, garantindo a decisão da questão de limites que terá desfecho logo que o sr. Vidal Ramos, governador de Santa Catarina, chegue a esta capital. O mesmo jornal estampa um mapa incluindo a zona contestada como já pertencente a Santa Catarina. (27/09/1912)

O “Catharinense”, jornal que se publica em São Bento, sob a direção do sr. Luiz de Vasconcellos, no seu número de 14 do corrente, pretendendo rebater as alusões que o “Diário da Tarde” tem feito à estranhável semelhança desse movimento com o do Irani e à coincidência do mesmo com a reação de certos políticos do vizinho estado à idéia do arbitramento, procura, com uma inconcebível audácia, fazer crer que o ajuntamento, feito dentro do território do seu Estado, é promovido pelo Paraná. (17/12/1913)

Alguns jornais de Santa Catarina fingem-se de surpresos com o alarme dado pela imprensa paranaense a propósito de suas constantes e impertinentes “monjadas” no nosso território. Esquecem esses ilustres colegas, entre os quais se alista “O Município”, de São Francisco, que a revelação dos intuitos de seus dirigentes nos foi feita pela sua própria imprensa, destacadamente pelo “Commercio de Joinville”, que declara, sem rodeios nem circunlóquios, que sua força ia repor as “autoridades catarinenses no Timbó”. Eis o que diz “O Município”: Estamos certos de que a população do Paraná só está alarmada pelo barulho que tem feito ao redor deste assunto os jornais daquele estado, que ainda uma vez, aproveitam a oportunidade para ver nas providências tomadas um assalto à mão armada a terras do Contestado! Ultimamente, como se sabe, o governo do Paraná, simulando uma eleição, designou diversas pessoas para servir cargos de eleição popular no Timbó. Não se tem que estranhar semelhante fato. Para os jornais, natural que o Paraná [...] vá conquistando terras no contestado, e abusando mesmo da força para firmar jurisdição, arranque-a das mãos dos que ali se estabelecem.”

Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida

Enquanto os jornais de lá nos atacam porque resistimos, na linha do “status quo”, dizendo que invadimos, os “amarelos” de cá afirmam que o governo está traíndo e vendendo o Estado. (28/12/1913)

Os três textos, que têm em comum a negação das notícias divulgadas em jornais de Santa Catarina e do Rio, lançam mão de diferentes argumentos para desconstruir as “verdades” noticiadas. O primeiro, que não recebe grande destaque no jornal paranaense, coloca em questão as afirmações de “A Noite” ao mencionar a presença de um mapa incluindo o território Contestado nos domínios de Santa Catarina. Isso faz demonstrar a parcialidade do periódico no tratamento da questão, na medida em que aborda o descrédito dos paranaenses em relação ao movimento sertanejo.

O segundo texto, por sua vez, é mais claro no que diz respeito à inversão de posições que envolve os dois periódicos. Enquanto o *Diário da Tarde* promove uma ampla divulgação dos interesses catarinenses em usar o movimento sertanejo como pretexto para pedir o arbitramento, o *Catharinense* aborda a questão, “com inconcebível audácia”, como uma invasão paranaense ao território vizinho. Vale lembrar que estas duas perspectivas transformam-se em um verdadeiro jogo de verdades e mentiras no transcorrer dos acontecimentos.

Já o último texto jornalístico, contando com uma linguagem mais irônica no tratamento dos “ilustres colegas”, coloca em evidência as contradições presentes na imprensa dos dois estados. Pela acusação de que os paranaenses estariam promovendo um “assalto a mão armada” nas terras contestadas, apontada pela imprensa do estado vizinho, confirma-se a inversão e o debate em torno das versões publicadas e repercutidas nos jornais, no esforço em estabelecer determinada visão dos fatos.

Interessante notar que o *Diário da Tarde* opõe as informações veiculadas no jornal catarinense *O Município* às de outro do mesmo Estado, *Commercio de Joinville*, do mesmo modo que, ao final do texto, refere-se aos “amarelos de cá”; este tipo de procedimento demonstra que, mais do que demarcar a oposição entre a imprensa dos dois estados, é preciso atentar para políticas editoriais que fazem que determinado jornal se posicione por vezes ao lado, por vezes contrário às forças do governo, em função de alianças e oposições específicas.

Em meio a este campo polêmico construído pela imprensa, atentaremos para o modo pelo qual o jornal paranaense, no diálogo com demais

órgãos de comunicação, faz repercutir o andamento da questão de limites e da própria Guerra do Contestado, oferecendo determinadas opiniões e soluções sobre o caso. Um dos momentos pontuais em que o confronto discursivo se intensifica diz respeito à já referida campanha de pacificação dos sertanejos promovida pelo jornal, que é vista com desconfiança e descrédito pelos demais jornais paranaenses e também por periódicos de outros estados.

Nesta perspectiva, continuando e afirmando a proposta do jornal de tentar a dispersão dos sertanejos antes de qualquer ação militar, o *Diário da Tarde* publica textos veiculados no jornal *Commercio do Paraná* que se mostram contrários às intenções pacíficas do periódico. Nos dois trechos abaixo, a resposta aos comentários do adversário é carregada de aspectos contestatórios:

A única objeção séria (*sobre a campanha*) que se lhe opôs, exprimiu-a o “Commercio do Paraná” citando a fábula da assembléia em que os ratos se reuniram para libertar-se do gato perguntando: Quem irá colocar o guizo ao pescoço do temeroso bicho? Essa objeção, porém não é suficiente para afastar a nossa idéia. Não faltarão patriotas que se prontifiquem a ir parlamentar com os sertanejos em armas. A propaganda dos nossos colegas do diário parece que vai sair do terreno platônico de belos artigos de teses que eles não lêem e de que talvez nunca tenham conhecimento. (16/01/1914)

Os nossos dignos colegas do “Commercio do Paraná”, prevalecendo-se do feliz ensejo que lhe proporcionasse as notícias de algumas depredações feitas nos sertões do Taquarussu pelos fanáticos ou por bandidos, voltam a carga contra os infelizes sertanejos. Os colegas acham que estamos fazendo uma “fita”, interpretando por essa forma pouco amável a nossa intervenção em prol dos inimigos sertanejos – homens, mulheres e crianças, ameaçados, sem que o percebam, na sua triste ignorância e profunda irresponsabilidade, de completo aniquilamento. Não advogamos a sorte de uns e sim a de todos: queremos evitar inútil derramamento de sangue, numa luta em que não está empenhada a honra da pátria, que é quando esse grande sacrifício se justifica.

Os colegas não aconselham bem e esquecem o fim da missão social em que, como jornalistas, nos achamos. Nós cumprimos o nosso dever aqui na nossa banqueta de trabalho; procuramos orientar os que nos leem,

esforçamo-nos por mostrar ao público a verdade dos acontecimentos; trabalhamos por fazer florescer e frutificar nas almas sensíveis dos nossos patrícios sementes de piedade. Cumprimos assim honestamente o nosso dever, satisfeitos com a nossa consciência. Se quisermos o nosso intento, será isso uma glória para a imprensa e uma honra para a nossa civilização; se não o conseguirmos, ficaremos com a satisfação que nos dá o dever cumprido. (19/01/1914)

Embora os dois textos abordem os méritos patrióticos dos jornalistas em buscar a paz por meios pacíficos, o segundo merece um olhar mais atento justamente pela emotividade com que a missão social do jornalista é tratada. Referindo-se à interpretação “pouco amável” dos colegas de profissão sobre a intervenção proposta pelo *Diário da Tarde*, o jornal faz uma espécie de apologia à função de jornalista, que deveria cumprir os compromissos de “orientar” os leitores e divulgar a verdade dos acontecimentos. Desse modo, mais do que justificar os motivos que o levaram a se posicionar desta forma sobre o movimento do Contestado, o periódico acaba por marcar sua presença nos rumos do conflito, sob os argumentos do dever, da piedade e consciência.

A partir deste enfoque, é possível imaginar a repercussão da campanha lançada pelo jornal no meio jornalístico e na sociedade paranaense. As críticas não se reduziram ao *Commercio do Paraná* – que o *Diário da Tarde* dá maior ênfase, talvez, por se tratar de seu principal adversário –, sendo produzidas também por outros periódicos. É o caso do texto que segue, que justifica os motivos pelos quais o jornal é contrário à ação das forças federais na zona contestada, elaborado no sentido de estabelecer um diálogo com um “jornalzinho” não identificado sobre a polêmica questão.

Agora que um jornalzinho que parece publicar-se por aí está fazendo do caso uma das “chantagens”, voltaremos a esclarecer mais uma vez o assunto, para que não haja encantos que se deixem iludir...

[...] Vimos, então, que tudo não era mais que uma manobra da politicagem catarinense de que iam ser vítimas centenas de brasileiros caídos na mais cega ignorância e no mais lamentável fanatismo. E vimos também que o soldado nacional estava desviado dos serviços que a Nação lhe confiou: ia servir de arma contra os que haviam escapado ao jugo dos tiranetes de

aldeia, numa luta fratricida que, quando dolorosamente necessária, competiria à policia estadual e não ao exército nacional.

Lançamos então o nosso primeiro artigo, iniciando uma campanha que é, sem vanglória o dizemos, das mais nobres e justas e das mais ruidosas e aplaudidas que temos feito nossos jornalistas. Nela, pedimos misericórdia para os caboclos que sem culpa iam ser despedaçados pelo canhão. E, por vezes, estendemos as nossas considerações ao exército, evidenciando que não houvesse derramamento de sangue.

Temos alguma parcela de responsabilidade na morte dos vinte e cinco bravos que pereceram na cilada de ontem? Não. Ao contrário, só nós é que procuramos evitá-la, trabalhando com afincio pela pacificação dos fanáticos e assim tentando evitar um choque igualmente fatal aos sertanejos e aos soldados. Responsáveis são: o sr. Vidal Ramos, que para servir seu correigionário e compadre Ferreira Albuquerque solicitou o concurso da força federal; as autoridades que, sem mais exame, atenderam a essa requisição; os jornais que pregaram uma luta de morte. A nós, só gratidão deve ter o exército nacional, pela defesa que de suas prerrogativas e de sua vida temos feito, sempre e apesar de todos os tropeços e desgostos que isso nos tem custado. Temos, pois, tranquila a consciência, enquanto o remorso deve estar torturando o coração e a consciência do governador de Santa Catarina, dos que atenderam ao seu pedido de auxílio e da imprensa amarela. (12/03/1914)

Sem poupar elogios para definir a própria atuação, o *Diário da Tarde* constrói sua imagem de “paladino” do povo do Contestado argumentando que a culpa não cabe a ele, que estaria tentando evitar inútil derramamento de sangue, agindo de modo consciente diante da situação. No entanto, mais do que justificar seus posicionamentos, o periódico também denomina os responsáveis pelas batalhas: Vidal Ramos, as autoridades por ele comandadas e os jornais²². Três instâncias que, em sua atuação específica, estariam agindo de forma orquestrada para promover e incentivar os conflitos armados.

22. Interessante notar que o próprio jornal admite a participação da imprensa – caracterizada de “amarela” – nas decisões políticas que envolvem o Contestado. Ao lado das forças políticas, a imprensa teria semelhante força na construção de opiniões, interesses e verdades que se lançam na sociedade.

Pode-se, assim, verificar que a Guerra do Contestado é constituída na imprensa a partir de expressivas contradições, especialmente no que se refere aos interesses dos dois estados. Mas, além da maior ou menor aceitação do movimento pelos jornais, é importante notar que os órgãos de imprensa definem a atividade dos demais adversários como resultado de algum tipo de interferência política, polarizada entre aqueles que defendem os interesses do Paraná e os que estão a serviço de Santa Catarina. Esta divisão acaba trazendo visíveis efeitos no tratamento das informações, levando-se em conta que as notícias passam a adquirir o *status* de verdadeira ou falsa segundo esta perspectiva. Daí o debate (interminável) entre os vários periódicos que, trabalhando as falas de outro jornal, expõem suas políticas editoriais promovendo o debate polêmico em torno do próprio fazer da imprensa. Dando continuidade ao percurso pelos jornais que seguem esta orientação, apresentamos mais alguns exemplos do conflituoso debate que pautou a imprensa na época.

Como viram os leitores pelo extenso serviço telegráfico do *Diário da Tarde* de ontem, “O Paiz”, da capital federal, respondendo aos nossos editoriais sobre a questão do Timbó, aproveita a ocasião para, com a habilidade que lhe é peculiar, promover a defesa dos interesses de Santa Catarina, incitando o governo federal a que intervenha na questão, sob o pretexto de evitar a alteração da ordem do Contestado. [...] “O Paiz” passa a demonstrar que o Paraná invadiu a zona de jurisdição catarinense, com a criação de municípios do Timbó, citando para reforço de suas alegações o telegrama do general Vespasiano, ministro da Guerra, mandando que o destacamento federal estacionasse na Nova Vila do Timbó, para desse ponto evitar possíveis conflitos entre as autoridades dos dois estados. Façam de suas palavras que nós fazemos nossas, porque estão de perfeito acordo com o nosso pensamento e ação, em objetivo real e não uma bela chave de editorial, e terão prestado um relevante serviço à causa da República e não a de um Estado em detrimento do outro. (05/05/1914)

A “Folha do Commercio” de Florianópolis, na sua edição de 18 do corrente, ataca de uma forma injusta o sr. General Setembrino, a propósito de sua ação na repressão contra os fanáticos. No modo de ver da apaixonada Folha, o general está procedendo com parcialidade no exercício de sua espinhosa tarefa.

[...] O General não pode ir guarnecer as povoações catarinenses que se acham em paz, quando tem de atender as localidades paranaenses, infestadas pelos bandos de malfeitores dos chefes catarinenses Aleixo e Tavares, que escolheram o nosso território para campo de suas depredações. Quanto às declarações de que o General pretende fazer política no Paraná, não merecem um comentário, pois não passam de uma tola suposição do jornal catarinense. (19/09/1914)

Juízos sobre as notícias veiculadas em outros jornais inserem-se aos discursos cotidianamente produzidos pelo *Diário da Tarde*. Conforme pode-se verificar nestes fragmentos jornalísticos, é a publicização das informações e das opiniões veiculadas pelos demais periódicos, assim como a resposta ou justificativa a eles, que constitui uma estratégia de confirmação das verdades divulgadas pelo jornal paranaense. Desse modo, explicitando o posicionamento de determinado jornal ao servir a interesses políticos (normalmente das autoridades catarinenses) e defendendo personalidades específicas envolvidas no debate, também se constrói um espaço para legitimar os compromissos editoriais do *Diário da Tarde*. No texto que segue, a referência pontual às “erradas informações” produzidas por periódicos cariocas, justamente por servir de apoio às acusações de Vidal Ramos, representa mais uma maneira de construção de uma realidade ao invés de outra.

Fácil é encontrar a fonte onde os nossos colegas do *Diário* e do *Paiz* colheram as erradas informações que motivaram ontem os seus injustos ataques ao presidente do Paraná e ao general Abreu. As inverídicas e apaixonadas notícias sobre as quais ambos os matutinos baseiam as suas ásperas acusações têm uma só origem: o telegrama que o coronel Vidal Ramos, adulterando deploravelmente os fatos, atribuindo ao dr. Carlos Cavalcanti o propósito de invadir a zona do Timbó.

O responsável pela clamorosa alteração da verdade que está sendo feita, com o fim de iludir a opinião nacional, é o presidente de Santa Catarina. A atitude deste é indefensável: dirigindo-se ao chefe do estado e à imprensa para imputar ao dr. Carlos Cavalcanti atos menos dignos e para levantar infundadas censuras ao procedimento do general Abreu, ao mesmo tempo que autoriza o senador Schimidt a iniciar negociações com o Paraná para o estabelecimento de um “modus vivendi”, deixa patente em s. ex. a falta de

sinceridade com que aceitou a solução, ou prova que seu espírito oscilante não pode fugir aos desvios que lhe abre o mais pernicioso bairrismo, arrastando-o a conseqüências que lhe serão forçosamente desastrosas. [...] A nação inteira há de ter seguras provas de que o dr. Carlos Cavalcanti não se tem afastado um só momento da linha de absoluta correção a que obedeceram sempre os seus atos e que os generais Abreu e Mesquita não deixaram jamais o caminho do dever, no qual tanto têm sabido elevar os seus nomes no conceito de sua classe e de todos os brasileiros. De nada valerão os artifícios empregados para a provocação de atritos no contestado, as intrigas, as falsidades, os telegramas destinados a obtenção de errados juízos do presidente da República, da imprensa e da massa geral. (16/05/1914)

Embora a referência à imprensa da capital federal figure, neste texto, mais como pretexto para realizar uma defesa explícita a Carlos Cavalcanti do que como um apelo à verdade das informações, podemos considerar este tipo de posicionamento uma importante marca do modo como se configuram determinadas alianças, culpas ou referências pouco cordiais. Aliás, na medida em que a própria imprensa é tematizada pelo jornal, coloca-se em questão a fidelidade dos órgãos de informação no tratamento dos acontecimentos; sobre esta questão, é interessante perceber que o *Diário da Tarde* acaba discutindo as implicações da profissão e “demarcando” seu espaço para dizer a realidade segundo ângulos e posições específicas.

O texto que segue ilustra a importância da imprensa no debate sobre temáticas que dizem respeito à Guerra do Contestado, a partir das representações tecidas pela imprensa “amarela”, neutra ou parcial. Argumentando que não cabe à imprensa brasileira mostrar “ao lado de quem se acham a razão e o direito”, nem pedir o entendimento para os dois estados, o jornal demonstra a presença e a interferência dos processos midiáticos no desenvolvimento das questões do Contestado.

Não é aos que estabelecem essa grita enfadonha que diariamente surge, pelas colunas da imprensa brasileira, e a qual não só sempre traduz mútuas ofensas e suposições pouco consentâneas ao caráter de um povo que se diz civilizado, como também só serve para fomentar maiores complicações ao então já aflitivo momento por que atravessam os incolos do território disputado, a quem compete mostrar ao lado de quem se acham a razão e o direito. (..) Não será, também, por meio de entrelinhados com que a

imprensa neutra pede constantemente para que os Estados litigantes entendam se por meios brandos que teremos a imensa satisfação de ver terminada essa luta fax-simile do atual e indescritível barbarismo no qual foram friamente sacrificados não só bravos e leais servidores da pátria como também inúmeras almas inocentes, que cegamente humilhados pela preponderância de malfadados políticos, foram vítimas da pravidade desenfreada com que a caboclada ignorante procurou agir. (17/06/1915)

Nas constantes acusações e questionamentos referentes aos discursos que preenchem as páginas dos jornais, foi possível encontrar no *Diário da Tarde* o debate de diversas questões: origens e motivações do movimento sertanejo de resistência, campanha de pacificação promovida pelo jornal paranaense, interferência da política regional no tratamento das informações e até mesmo discussões sobre a função do jornalismo. Entre uma e outra abordagem, é preciso destacar a presença e intensificação deste diálogo estabelecido pelos veículos de informação quando se trata da emissão de pontos de vista sobre o acordo entre os dois estados. Esta polêmica, como não poderia deixar de ser, estende-se aos jornais dos dois estados e também do Rio de Janeiro, constituindo uma temática de grande repercussão na política e na imprensa brasileira.

Para compreender melhor a dimensão deste assunto no *Diário da Tarde* pelo diálogo com outros jornais, selecionamos, entre dezenas de referências, três que consideramos mais significativas em relação ao modo como abordam as “verdades” sobre a questão de limites, articulando aspectos positivos e negativos sobre o acordo entre os dois estados na tentativa de buscar uma solução para o litígio.

O “Diário”, novo jornal carioca, está exumando velhos e já destruídos argumentos; nós, por nossa vez, iremos pondo em pé de guerra o mesmo arsenal que ocasiões já tem servido vitoriosamente. Apenas, o que impressiona um pouco, nas arengas do órgão carioca, é a afirmativa de que o Supremo Tribunal é o intérprete máximo da constituição e, por tanto, sua sentença, seja justa ou seja injusta, tem que ser cumprida, pois não cabe a ninguém discutir a execução de seus acordões. Mas aqui não se trata duma questão de interpretação; trata-se dum caso de violação do pacto fundamental. (05/02/1915)

Palavras, imagens e sentidos de uma guerra (quase) desconhecida

Os jornais do Rio têm se ocupado continuamente do acordo entre este Estado e o de Santa Catarina. Não sabemos com que fundamento a imprensa carioca já, pormenorizando os fatos, traçando limites para o falhado acordo, enquanto que por aqui nada se sabe ao certo, pois ao que parece o governo ainda não fez proposta ou contraproposta a Santa Catarina a respeito dos limites que por força de um acordo devem discriminar os quinhões a serem partilhados. Nem é de crer mesmo já tivesse positivado qualquer coisa a respeito das futuras linhas divisórias, pois que se assim tivesse acontecido é bem de ver que o governo tenha feito conhecido, ao menos da imprensa patricia, o seu pensamento porque não é admissível seja um assunto de tanta magnitude, quanto é o referente a esse litígio, assentado e resolvido em segredo. (...) Não podemos acreditar, portanto, nos boatos correntes da imprensa carioca de que já tinham sido feitas propostas neste ou naquele sentido para a resolução da questão de limites, boatos estes que só têm sentido para alarmar as populações paranaenses residentes na zona que faz objeto do litígio. (24/05/1916)

Afinal disse o Comercio do Paraná o que se deveria fazer: 1º, esperar pela execução da sentença; 2º, entregar o contestado inteiro a Santa Catarina; 3º, lavrar um protesto. E só... Quer nos parecer que essa solução seria também a preferida por Santa Catarina! E a prova nós a temos nas palavras que, há poucos dias, publicou um catarinense nas colunas do Paiz. É assim que, no seu extremado amor pela nossa terra, trabalha o Comércio por Santa Catarina! Entregaríamos tudo e lavraríamos um protesto! Mas, como protesto e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, ficaríamos nós com o protesto e eles com o território!

Como, porém, o Comercio continua a ver uma desonra na assinatura do acordo, desejaríamos que o apreciado colega nos indicasse a desonra de um individuo que, ao ver sua demanda perdida, celebre com a outra parte um acordo, salvaguardando um quinhão do que ser arrebataado por inteiro? [...] Aqui, na capital, de um inquérito feito a cento e vinte pessoas de responsabilidade, mostrou que entre elas só houve uma que discordasse. Falta agora que fale a imprensa e as pessoas de responsabilidade de Santa Catarina. Os problemas que a fusão pode levantar não são insolúveis: basta que se estude acuradamente o problema e que no pacto de fusão se acautelem sabiamente os interesses de todos. (16/10/1916)

Posicionados em diferentes perspectivas, os textos jornalísticos discutem vários aspectos referentes ao acordo, segundo a própria situação em que cada um deles se faz ouvir. O primeiro, contestando a opinião do jornal carioca, questiona os poderes da constituição federal, que diz que compete ao Supremo Tribunal julgar a causa e os conflitos entre a União e os Estados. Posiciona-se, pois, pelo arbitramento, contrariando a execução do “acordão”, ao justificar que se trata de um caso de “violação de pacto”, prejudicial ao Paraná. Além de colocar em discussão o discurso do *Diário*, o comentário do jornal paranaense atua no sentido de legitimar um posicionamento por ele já bastante difundido: a condenação do acordo como solução para o caso, um assunto que marcou o discurso do *Diário da Tarde* até o início de 1916.

Já o segundo texto, embora marque posicionamento semelhante ao primeiro no momento em que utiliza o adjetivo “falhado” para fazer referência ao acordo, lança mão de outro argumento para discutir o assunto. Generalizando o tratamento da imprensa carioca sobre a questão de limites entre os dois estados, procura mostrar que não passam de boatos as negociações entre os governos, com o objetivo de alarmar os “paranaenses” residentes no Contestado. No entanto, ao contradizer as informações da imprensa da capital federal, o *Diário da Tarde* também polemiza, indiretamente, as atitudes do governo do Estado; afinal, ao mencionar que “não é admissível que um assunto de tanta magnitude, quanto é o referente a esse litígio, seja assentado e resolvido em segredo”, também está se discutindo uma possível falta de transparência do governo no tratamento de questões de interesse dos paranaenses, conforme tematizado em outros momentos pelo jornal.

O terceiro texto, no entanto, diferencia-se dos demais pelo direcionamento dado às soluções em pauta. Há, no mínimo, três inclinações que poderíamos observar, referentes ao acordo, à fusão e a um possível protesto, que entram em cena justamente em um momento decisório sobre o caso, em 1916. Diante das visíveis desvantagens do Estado do Paraná na proximidade das decisões sobre o litígio, acontece um marcante deslocamento dos argumentos utilizados pelo jornal: deixa-se de propagar os esforços conciliatórios e a pré-disposição dos paranaenses em buscar os meios mais justos para os dois estados na questão de limites para se negar a aceitação da execução da sentença, com um posterior protesto sem força de ação (daí as críticas ao *Commercio do Paraná*); dissolvem-se as

características injustas da assinatura de um acordo, contrariando perspectivas amplamente repetidas e difundidas pelo periódico, para considerá-lo uma alternativa à ameaça de posse total do território pelo Estado vizinho e, por fim, surge a proposta de fusão como possibilidade de amenizar as (des) vantagens de um e outro estado na disputa territorial.

Percebe-se que, mais do que negar as perspectivas do jornal paranaense *Commercio do Paraná*, acusando-o de trabalhar a serviço dos interesses de Santa Catarina, o referido texto procura também firmar pontos de vista específicos sobre o assunto; negando o discurso de outro órgão de imprensa, o *Diário da Tarde* constitui um espaço de locução profundamente influenciado pelos interesses políticos que regem tal disputa, atuando no sentido de buscar a melhor solução para o litígio, sob a perspectiva dos paranaenses. O inquérito com cento e vinte pessoas a que o jornal se refere contribui para evidenciar esta questão: como as “pessoas de responsabilidade” eram favoráveis ao acordo, o jornal estaria apenas confirmando seu posicionamento “patriótico”.

Estas referências aos momentos em que o jornal se expõe, se contradiz e dialoga com as demais falas da imprensa para demarcar seu campo de ação e expressão, sua relação com a verdade da informação e com as forças que atuam no universo social, procuraram mostrar como se estabelecem as disputas simbólicas na imprensa, segundo orientações pautadas por interesses e poderes específicos. Pela identificação de algumas regularidades argumentativas e rupturas no tratamento de determinada questão, foi possível traçar as motivações que movimentaram a disputa pelo “dizer” e sua repercussão no cotidiano paranaense e no próprio andamento das decisões. Assim, buscamos retirar dos textos jornalísticos os sentidos mais ou menos legitimados no trabalho discursivo, a fim de discutir a participação e a influência das angulações previamente estabelecidas pelo *Diário da Tarde* na construção dos episódios do Contestado.

Sobre alguns fragmentos de história

Oficialidade, parcialidade, interesses. Estes três elementos – entre vários outros, certamente – presentes nos textos jornalísticos do *Diário da Tarde* “agiram” na produção de sentidos no período da Guerra do Contestado, estabelecendo uma constituição mútua entre as práticas discursivas e as

práticas históricas. Neste modo particular de “escrever” os acontecimentos da guerra, os jornais lançam mão de diferentes maneiras de contar a realidade, segundo as condições sócio-históricas do próprio acontecimento, a orientação editorial e as alianças e adesões por ele estabelecidas no transcorrer do conflito. Diante da impossibilidade de desvendar todas estas motivações, procuramos perceber o que os discursos jornalísticos informam sobre elas, ou melhor, como fazem para inserir os eventos na realidade cotidiana.

Observarmos, inicialmente, como o periódico paranaense registrou os fatos referentes ao Contestado a partir de uma forma parcial, oficializada, de escrita, baseada em fontes posicionadas em uma perspectiva específica, ao lado dos vencedores. Consideramos a tentativa de projeção de uma “unilateralidade” da história como resultado desta forma de construção discursiva, inegavelmente marcada por afirmações de verdade e feitos heróicos.

Porém, consideramos também que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, ainda que aparentemente “objetivo”. Lembrando Michel Foucault, ele tem “uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (2000, p.146). Pode-se dizer, a partir da observação de uma política “orquestrada” de organização e funcionamento dos discursos, que a publicização dos fatos por um viés “oficial” constitui uma maneira de produzir os acontecimentos pelo jornal com inegáveis repercussões na compreensão dos modos pelos quais se entendeu e construiu a história do Contestado. O que não quer dizer que os discursos apenas (re) produziram o consenso.

Procuramos investigar também as tomadas de posição do jornal em meio aos encaminhamentos da guerra, na tentativa de identificar o papel do jornalismo na sociedade da época, traduzindo descontentamentos e realizando o questionamento de fatos e verdades. Pela explicitação de algumas contradições e da manifestação de posicionamentos, o jornal demarca uma forma particular de não apenas testemunhar, mas principalmente participar dos fatos e do modo como são compreendidos no universo social.

Também pela tematização da própria imprensa na imprensa é possível apreender a importância da atividade jornalística na sociedade paranaense, uma vez que estabelece a oposição entre ideias e posições e atua de modo explicitamente angulado no tratamento de determinadas questões que envolvem o movimento sertanejo. Mais do que tornar evidente o jogo

de poderes que orienta estes discursos, o debate promovido pela imprensa constitui uma importante forma de construção da realidade neste período da história, por meio do jornalismo.

Percorrendo estas inquietações inerentes ao trabalho jornalístico, procuramos analisar alguns modos pelos quais se produziu sentido sobre os acontecimentos da Guerra do Contestado, considerando os discursos como fragmentos constituintes na própria história, como sugere Foucault:

O discurso é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicações do tempo. (2000, p.135)

Ao procurar desvendar nos textos seu potencial de produção de um acontecimento, foi possível perceber o relevante papel da imprensa na construção da história, devido às diversas maneiras pelas quais atribui sentidos rotineiramente. Por isso, podemos afirmar que o encontro com os discursos jornalísticos, além de eventualmente negar, confirmar ou questionar os fatos da história do Contestado, permite compreender as implicações da prática discursiva no tempo e no espaço determinados.